



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

JULIANA MACHADO DE OLIVEIRA

**VOCABULÁRIO BILÍNGUE NA DIREÇÃO KAINGANG-
PORTUGUÊS PELOS CAMPOS SEMÂNTICOS COMIDA,
ANIMAIS E CORPO HUMANO**

JULIANA MACHADO DE OLIVEIRA

**VOCABULÁRIO BILÍNGUE NA DIREÇÃO KAINGANG-
PORTUGUÊS PELOS CAMPOS SEMÂNTICOS COMIDA,
ANIMAIS E CORPO HUMANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Silveira.

Londrina
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

O48v Oliveira, Juliana Machado de.

Vocabulário bilíngue na direção kaingang-português pelos campos semânticos comida, animais e corpo humano / Juliana Machado de Oliveira. - Londrina, 2026.
120 f.

Orientador: Marcelo Silveira.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2026.

Inclui bibliografia.

1. Lexicografia Bilíngue - Tese. 2. Campos semânticos - Tese. 3. Língua Kaingang - Tese. 4. Terra Indígena Apucarantina - Tese. I. Silveira, Marcelo. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

JULIANA MACHADO DE OLIVEIRA

**VOCABULÁRIO BILÍNGUE NA DIREÇÃO KAINGANG-
PORTUGUÊS PELOS CAMPOS SEMÂNTICOS COMIDA,
ANIMAIS E CORPO HUMANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Silveira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Otávio Goes de Andrade
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^ª. Dr^ª. Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Londrina, 19 de fevereiro de 2026.

Aos Kaingang.

RESUMO

OLIVEIRA, Juliana Machado de. **Vocabulário bilíngue na direção kaingang-português pelos campos semânticos comida, animais e corpo humano**. 2026. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

O estudo das línguas indígenas no Brasil evidencia a necessidade de preservação e valorização das culturas originárias. A língua kaingang, pertencente ao tronco Macro-Jê, já conta com diversas publicações voltadas ao seu léxico e à sua descrição gramatical. No entanto, essas obras, em geral, não contemplam as especificidades dialetais das diferentes comunidades, o que dificulta a compreensão e a apropriação por falantes de determinadas variantes. Com base nessa lacuna, esta dissertação tem como objetivo elaborar um vocabulário bilíngue kaingang-português, com base na variante falada na Terra Indígena Apucarânia (PR), organizado segundo três campos semânticos: comida, animais e corpo humano. A proposta visa atender às demandas da comunidade local, ampliando a acessibilidade lexical e contribuindo para a constituição de um futuro dicionário bilíngue da língua. Do ponto de vista metodológico, o estudo combina levantamento bibliográfico com entrevistas semiestruturadas realizadas com falantes nativos, voltadas ao levantamento do vocabulário em uso na variante em foco. Como resultado, apresenta-se um vocabulário bilíngue que documenta e organiza o vocabulário corrente da Terra Indígena Apucarânia, colaborando para a manutenção linguística, para o fortalecimento cultural e para os projetos científicos voltados à descrição e à revitalização do kaingang.

Palavras-chave: Lexicografia bilíngue; campos semânticos; língua kaingang; Terra Indígena Apucarânia.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Juliana Machado de. **Bilingual vocabulary in the Kaingang-Portuguese direction through semantic fields food, animals, and the human body**. 2026. 120 f. Dissertation (Master's in Language Studies) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

The study of Indigenous languages in Brazil highlights the need for the preservation and appreciation of native cultures. The Kaingang language, which belongs to the Macro-Jê language family, already has several publications dedicated to its lexicon and grammatical description. However, these works often do not fully address the dialectal specificities of different communities, which hinders comprehension and appropriation by speakers of particular variants. In response to this gap, this research aims to develop a bilingual Kaingang-Portuguese vocabulary based on the variant spoken in the Apucarantina Indigenous Land (PR), organized into three semantic fields: food, animals, and the human body. The proposal seeks to meet the demands of the local community by expanding lexical accessibility and contributing to the development of a future bilingual dictionary. Methodologically, the study combines bibliographic research with semi-structured interviews conducted with native speakers, aimed at documenting the vocabulary in use in the selected variant. As a result, it presents a bilingual glossary that documents and organizes the current vocabulary of the Apucarantina Indigenous Land, contributing to linguistic maintenance, cultural strengthening, and scientific initiatives focused on the description and revitalization of the Kaingang language.

Key-words: Bilingual lexicography; Semantic fields; Kaingang language; Apucarantina Indigenous Land.

RESUMEN

OLIVEIRA, Juliana Machado de. **Vocabulário bilingüe en la dirección Kaingang-Portugués por campos semánticos alimentación, animales y cuerpo humano**. 2026. 120 f. Disertación (Maestría en Estudios del Lenguaje) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

El estudio de las lenguas indígenas en Brasil pone de relieve la necesidad de preservar y valorizar las culturas originarias. La lengua kaingang, perteneciente a la familia lingüística Macro-Jê, ya cuenta con diversas publicaciones dedicadas a su léxico y a su descripción gramatical. Sin embargo, estas obras a menudo no abordan plenamente las especificidades dialectales de las distintas comunidades, lo que dificulta su comprensión y apropiación por parte de hablantes de variantes particulares. Ante esta laguna, la presente investigación tiene como objetivo elaborar un vocabulario bilingüe kaingang-portugués, basado en la variante hablada en la Tierra Indígena Apucarantina (PR), organizado según tres campos semánticos: alimentación, animales y cuerpo humano. La propuesta busca atender a las demandas de la comunidad local, ampliando el acceso al léxico y contribuyendo a la construcción de un futuro diccionario bilingüe. Desde el punto de vista metodológico, el estudio combina revisión bibliográfica con entrevistas semiestructuradas realizadas a hablantes nativos, con el fin de documentar el vocabulario en uso en la variante seleccionada. Como resultado, se presenta un glosario bilingüe que documenta y organiza el vocabulario actual de la Tierra Indígena Apucarantina, contribuyendo al mantenimiento lingüístico, al fortalecimiento cultural y a iniciativas científicas orientadas a la descripción y revitalización del kaingang.

Palabras clave: Lexicografía bilingüe; Campos semánticos; Lengua kaingang; Tierra Indígena Apucarantina.

HÊSUMÛ

OLIVEIRA, Juliana Machado de. **Vênh vĩ régre ki ti rágrá tỹ kanhgág-português ti tỹ nén tó kỹ nĩ to vễjễn, sễ mrẻ ễg há ki ễg kugje**. 2026. 120 f. Dissertação vễ (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

Brasil ki ỉnhigenỹ ag vĩ to kanhrăn tĩ ag tóg ag vĩ ki rĩr ke tag ven tĩ ừn tỹ ki pễ tag ag. Kanhgág vĩ vỹ, ti fa tỹ jẻ tá kẫtĩg kỹ nĩ, ti léxico to rágrá vỹ e nỹtĩ ha, ti to publikan ja gramática kẫki. To rảnrản já tag kar tóg kũmũnĩnane ag dialeto tỹ vễsỹ ừ han to ke tũ nĩ hẫ ra, tag tugrĩn ễg tóg ki kanhrăn há han tũ nĩgtĩ, ag vĩ tỹ kẫki vễsỹ ừ han ti kỹ. Tag ve kỹ ễg tóg, ễg tỹ nẻn peskisan mũ vỹ tỹ kanhgág mrẻ português ki ti rá ừ ag rágrản nĩ, ga tỹ Karỹnĩnh (PR) tá ag vĩ ve kỹ, vễnhkẫpỏv tẫgtũ han ễg: vễjễn, sễ mrẻ ễg há ki ễg kugje ag. Tag ki nẻn ve sỏr mũ vỹ tỹ tá ag kũmũnĩnane ag nemỹna han nĩ, ti lexical tỹ ẻhẻ he jẻ, ễg tỹ tag ki kar kỹ ag vĩ ki dicionário bilíngue ừ han jẻ. Ễg tỹ metodologia ve kỹ, nẻn tỹ ki krỏm ke mũ hẫ vỹ tỹ tá nỹtĩ ag vĩ gravan nĩ, tá munmur mũ ag, ti rá tỹ vễsỹ ừ han ẻn to rágrản mỹr. Ễg tỹ nẻn tá krỹg mũ vỹ tỹ, ti vocabulário bilíngue ven nĩ mrẻ hẫ tóg vinvin há han kỹ nĩ Ga Tỹ Ỉnhigenỹ tỹ Karỹnĩnh tá ag vĩ ti, kỹ tóg tỹ ễg tỹ linguística mỹ han nĩ gẻ, ti tỹ ag jỹkre tỹ tar' he jẻ kar kỹ kanhgág vĩ tỹ tũg tũ ễg ke gẻ to projeto ag mỹ.

Ti rá tỹ save: Lexicografia bilíngue; Campos semânticos; Kanhgág vĩ; Ỉnhigenỹ ag Ga tỹ Karỹnĩnh.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Capa do Dicionário <i>Kaingang-Português / Português-Kaingang</i>	26
Figura 2 –	Capa do Dicionário Português-Kaingâk	27
Figura 3 –	Microestrutura do vocabulário	54
Figura 4 –	Áudios no <i>site</i>	58
Figura 5 –	Apresentação do <i>site</i>	60
Figura 6 –	Campos semânticos.....	61
Figura 7 –	Conheça o PPGEL	62
Figura 8 –	Sobre o projeto.....	63
Figura 9 –	Caixa de sugestões e contato.....	64
Figura 10 –	Versão <i>mobile</i> do <i>site</i>	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Divisão por campos semânticos adotada por Azevedo (2010) e Spitzer (1952).....	32
Quadro 2	– Divisão do léxico por campos semânticos proposta por Spitzer (1952).....	33
Quadro 3	– Unidades lexicais coletadas	57

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Os povos originários no Brasil.....	16
1.2	A etnia kaingang	17
1.3	A relação tardia com o colonizador.....	19
1.4	Justificativa da pesquisa.....	20
2	OBJETIVOS.....	21
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
3.1	Sobre os registros de línguas indígenas no Brasil	22
3.1.1	O tronco Macro-Jê	23
3.2	Os registros da língua Kaingang	25
3.3	Lexicografia e metalexicografia: delimitações conceituais e interfaces.....	28
3.4	A teoria lexicográfica, dicionários bilíngues e os campos semânticos	30
3.5	Vocabulário ou dicionário?.....	34
3.5.1	Vocabulário.....	34
3.5.2	Dicionário	35
3.6	Macroestrutura e microestrutura do dicionário	35
3.6.1	Macroestrutura	35
3.6.1.1	Projeto lexicográfico	36
3.6.1.2	Consulente.....	38
3.6.2	Microestrutura.....	39
3.7	A Lexicografia e os povos originários	40
4	METODOLOGIA.....	44
4.1	Abordagem metodológica.....	46
4.1.1	Constituição do <i>corpus</i>	47
4.1.2	Procedimentos de análise lexical	48
4.1.3	Oralidade e memória na preservação da língua Kaingang.....	49

4.2	Percurso ético do trabalho	51
5	ANÁLISE DOS DADOS	53
5.1	A escolha do nome “vocabulário”	53
5.2	Macroestrutura e microestrutura	54
5.3	Projeto lexicográfico e consulente	56
5.4	Léxico coletado e fichas lexicográficas	56
5.4.1	Áudios coletados	57
5.4.1.1	Transcrições fonéticas	58
5.5	A elaboração e divulgação do <i>site</i>	59
5.6	Uso do <i>site</i> , práticas pedagógicas e afins, possíveis intervenções, críticas ao estado	66
6	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	71
	APÊNDICE – FICHAS LEXICOGRÁFICAS	75
	Animais	75
	Comida	86
	Corpo humano	92
	ANEXO A – Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009.	103
	ANEXO B – Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016	107
	ANEXO C – Parecer consubstanciado do CEP da Universidade Estadual de Londrina	117

1 INTRODUÇÃO

Existe a concepção de que no Brasil há uma unidade cultural e linguística. É de senso comum dizer que, se um indivíduo é brasileiro, ele fala português. Esse fato parte de uma premissa preconceituosa sustentada pelo desconhecimento da realidade e por um projeto político que tenta – desde a colonização portuguesa – construir um país monolíngue.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), realizado em 2010, foram identificadas cerca de 274 línguas indígenas no país, associadas a 305 etnias. Doze anos depois, o Censo Demográfico de 2022 registra 295 línguas indígenas faladas ou utilizadas no domicílio por pessoas indígenas e 391 etnias, com uma população indígena de 1.694.836 pessoas, o que corresponde a 0,83% da população residente no Brasil (IBGE, 2022/2023). Embora o próprio IBGE alerte para mudanças metodológicas entre os dois levantamentos – como a possibilidade de declaração de mais de uma etnia –, esses dados evidenciam a continuidade e a vitalidade da diversidade étnico-linguística indígena no país.

Esses números, contudo, representam apenas um recorte do quadro histórico. Estima-se que, há cerca de 500 anos, falavam-se aproximadamente 1.078 línguas indígenas no território que hoje corresponde ao Brasil (Rodrigues, 1993). Durante toda a história, a política linguística do Estado foi a de reduzir o número de línguas por meio do processo de glotocídio, impondo o português como única língua legítima (Oliveira, 2008). Apenas recentemente, com a Constituição Federal de 1988, as línguas e culturas indígenas foram reconhecidas oficialmente no território nacional (Oliveira, 2008).

Essa diversidade linguística e étnica também foi exposta e discutida por Rodrigues (1986):

Os índios do Brasil não são um povo: são muitos povos diferentes de nós e diferentes entre si. Cada qual tem usos e costumes próprios, com habilidades tecnológicas, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social e filosofia peculiares, resultantes de experiências de vida acumuladas e desenvolvidas em milhares de anos. E distinguem-se também de nós e entre si por falarem diferentes línguas (Rodrigues, 1986, p. 17).

Apesar da validação linguística e cultural prevista na Constituição Federal de 1988, as consequências do massacre histórico sofrido pelos povos indígenas repercutem até hoje. Cerca de 1.000 línguas foram perdidas desde a colonização, e as pouco menos de 300 línguas atualmente recenseadas pelo IBGE – 274 em 2010 e 295 em 2022 – encontram-se, em sua maioria, em situação de vulnerabilidade, faladas por populações pouco numerosas e ainda sob forte pressão de substituição pela língua dominante.

Tendo isso em vista, é notória a preocupação acerca da resistência e sobrevivência das línguas indígenas. Seki (2000) e Rodrigues (1986, 1993) discutiram o estudo de línguas indígenas, bem como suas contribuições científicas às teorias linguísticas. Ambos argumentam que a investigação dessas línguas traz novas perspectivas à Linguística. Cada estrutura nova que se descobre pode auxiliar a reformulação de conceitos, elaboração de novas hipóteses e contribuir para a “visualização geral do fenômeno da linguagem humana” (Rodrigues, 1966). Seki (2000) ainda ressalta as contribuições sociais, uma vez que esse tipo de estudo pode auxiliar – de acordo com os interesses da comunidade – na manutenção e revitalização dessas línguas.

A presente dissertação tem como foco a língua kaingang falada na Terra Indígena (T.I) Apucarânia - PR, que pertence ao tronco Macro-Jê, da família Jê. De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE (2025), os kaingang estão entre os povos indígenas mais numerosos, com uma população de aproximadamente 45.840 pessoas, das quais 33.829 vivem em terras indígenas, sendo cerca de 27 mil falantes da língua kaingang, o que faz com que a língua kaingang seja a quinta língua indígena mais falada no país.

Apesar disso, a língua e a cultura desse povo (assim como de todos os povos indígenas) ainda estão em risco de extinção, tendo em vista as pressões da língua dominante (Braggio, 2003). Assim, a preocupação com o estudo de línguas dos povos originários, bem como a formulação de materiais provenientes da análise linguística, favorece a continuidade, manutenção e “restauração da auto-estima e de uma atitude positiva em relação à língua e à cultura” (Seki, 2000, p. 246), contribuindo, assim, para sua consolidação como parte da identidade daquele povo.

Dessa maneira, este trabalho visa colaborar com o estudo das línguas indígenas brasileiras, bem como com o projeto de pesquisa “Gramática, Bilinguismo e Multietnia” (GraBiM) (coordenado pelo Professor Doutor Marcelo Silveira), que vem sendo conduzido na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pretende desenvolver a descrição linguística e elaboração de uma Gramática Pedagógica do kaingang falado na T.I Apucarânia, que se situa na região da cidade de Tamarana-PR, ambas próximas à cidade de Londrina, onde se encontra também a UEL – que conta com a presença de estudantes indígenas, não apenas da etnia kaingang, mas também de outras etnias, como Guarani.¹ O ensino da língua kaingang nas

¹ Quando iniciam seus estudos na universidade, os estudantes indígenas participam do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica (Alves, 2016), que visa à diminuição na desistência dos estudantes indígenas nos cursos de graduação, uma vez que essa iniciação auxilia os estudantes a compreenderem na prática o funcionamento da universidade, conhecerem os cursos de graduação como alunos da universidade, auxiliando, assim, na escolha de carreira dentro da academia e evitando a evasão em relação à universidade. A autora desta proposta

escolas da aldeia constitui uma prioridade para a comunidade, especialmente no contexto da valorização da língua materna e da manutenção das práticas culturais locais. Nesse cenário, torna-se relevante a produção de registros linguísticos que dialoguem com a realidade da variante falada na Terra Indígena Apucarânia. Essa valorização encontra respaldo também no Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e a organização dos territórios etnoeducacionais, reafirmando o direito dos povos indígenas à manutenção de suas línguas e processos próprios de aprendizagem (Anexo A).

Assim, o presente trabalho propõe a elaboração de um vocabulário da língua kaingang falada na T.I. Apucarânia, organizado por campos semânticos e voltado ao registro lexical da variante local.

Existem diversos registros da língua kaingang, que datam desde meados do século XIX (D'Angelis, 2003), contando com contribuições diversas e de várias regiões do país. O primeiro dicionário da língua foi publicado em 1920 pelo Frei Mansueto Barcatta de Val Floriana. Em 1971, Ursula Gojtéj Wiesemann publicou o Dicionário Kaingang-Português / Português-Kaingang, pelo Summer Institute of Linguistics (SIL). Wiesemann (2011) também contribuiu para a língua kaingang com a descrição do idioma, a criação de seu alfabeto e com a tradução do Novo Testamento da Bíblia², que foi coordenada por Martin Ka'egso Hery, filho de missionários que acompanharam Wiesemann.

Apesar de contar, no apêndice, com uma breve gramática da língua – onde são apresentados o alfabeto, regras ortográficas, características de verbetes (conjunções, indicadores de aspecto, indicadores de circunstância, indicadores de modo, indicadores de opinião, indicadores de sujeito, interjeições, pronomes, singular-plural, substantivador, substantivos, verbos, vocativos), tipos de orações (orações nominativas, ergativas, dependentes, imperativas, de pergunta e respostas), entre outros – o dicionário de Wiesemann (2011) requer pesquisa mais aprofundada, embasada em teorias e aplicações, uma vez que não contempla as informações necessárias para a utilização em uma gramática pedagógica.

Embora a obra de Wiesemann tenha representado importante contribuição para a sistematização inicial da língua kaingang, especialmente no que se refere à padronização ortográfica e ao registro lexical, alguns autores apontam limitações metodológicas e restrições em sua aplicabilidade pedagógica. Jolkesky (2006) observa que o material apresenta problemas

de pesquisa foi educadora no programa citado por cerca de dois anos, ministrando aulas de língua portuguesa, participando de rodas de conversa e eventos com estudantes e lideranças indígenas da região e de outros estados.

² O arquivo está disponível para *download* gratuito no link <https://dbs.org/bibles>.

de precisão lexical e de adequação ao uso efetivo da língua em determinadas comunidades, além de não contemplar satisfatoriamente as variações regionais e as necessidades específicas de falantes de diferentes territórios kaingang. Essas observações reforçam a necessidade de novos estudos e de materiais lexicográficos mais contextualizados, especialmente voltados às variantes locais.

Além disso, é possível observar divergências em palavras utilizadas em determinadas regiões que não são utilizados pelos falantes das demais, o que colabora para a não compreensão do material disponível para consulta por parte dos falantes de outras localidades, que vivem uma realidade própria e utilizam outra variação do idioma. Para D'Angelis (2009), ainda que seja uma língua indígena falada em várias regiões, o kaingang é pouco pesquisado e descrito, quando comparado a línguas de outras etnias (por exemplo, o guarani), o que sustenta a importância do trabalho com a língua.

1.1 OS POVOS ORIGINÁRIOS NO BRASIL

A historiografia brasileira foi historicamente marcada por um tratamento marginal dispensado aos povos indígenas, frequentemente excluídos das narrativas centrais sobre a formação do país. Mesmo diante da ampliação temática e metodológica ocorrida a partir do século XX, persistiu a tendência de relegar esses povos a um lugar secundário, quando não exterior à própria noção de história. Como observa Monteiro (1993), consolidou-se no pensamento histórico brasileiro a ideia de que os povos indígenas não possuíam história propriamente dita, mas apenas etnografia, entendimento que remonta ao século XIX e que exerceu influência duradoura sobre a produção historiográfica.

Essa concepção esteve diretamente associada a perspectivas evolucionistas e assimilacionistas, que concebiam os povos indígenas como sociedades fadadas ao desaparecimento diante do avanço da chamada civilização. Ao longo do século XIX e de grande parte do século XX, a chamada “tese da extinção” sustentou tanto interpretações acadêmicas quanto políticas indigenistas, naturalizando processos de expropriação territorial, deslocamento forçado, desagregação social e violência sistemática. Nesse contexto, a história foi mobilizada como instrumento de legitimação da dominação, apresentando o desaparecimento indígena como um destino inevitável (Monteiro, 1993).

Em contraposição a essa leitura, Manuela Carneiro da Cunha (Cunha, 1992) propõe uma revisão profunda dos pressupostos que orientaram a escrita da história indígena no Brasil. Para a autora, a suposta ausência de história não decorre da inexistência de processos históricos

entre os povos indígenas, mas da adoção de critérios restritos de historicidade, baseados quase exclusivamente na escrita e em modelos eurocentrados de temporalidade. Ao problematizar essa abordagem, Cunha enfatiza que a história indígena se manifesta por meio de trajetórias coletivas, transformações sociais, rearranjos políticos e relações dinâmicas com o território, mesmo quando tais processos não foram registrados por meio de documentos escritos (Cunha, 1992).

Essa crítica é particularmente relevante no que diz respeito à demografia indígena. As estimativas sobre a população originária do território brasileiro em 1500 variam amplamente, mas há consenso quanto à magnitude da catástrofe demográfica provocada pela colonização. Epidemias, guerras, escravização, deslocamentos compulsórios e políticas de concentração populacional produziram uma redução drástica do contingente indígena ao longo dos séculos. Monteiro (1993) destaca que, embora os números atuais – algumas centenas de milhares de indivíduos distribuídos em mais de duzentos povos – possam parecer reduzidos em termos absolutos, eles representam um testemunho histórico da violência estrutural que marcou a relação entre o Estado brasileiro e os povos originários.

Nesse sentido, torna-se fundamental romper com a leitura que compreende os povos indígenas apenas como vítimas passivas de processos externos. Tanto Monteiro quanto Cunha enfatizam a centralidade da agência indígena, isto é, da capacidade desses povos de agir politicamente, elaborar estratégias de sobrevivência e reinterpretar o contato colonial a partir de suas próprias referências culturais.

A incorporação dessa perspectiva implica repensar não apenas o lugar dos povos indígenas na história do Brasil, mas também os próprios fundamentos da historiografia nacional. A valorização de fontes orais, narrativas míticas e memórias coletivas amplia o campo da investigação histórica e permite reconhecer os povos originários como sujeitos ativos dos processos históricos que moldaram – e continuam moldando – o país. Assim, a história indígena deixa de ocupar uma posição periférica e passa a ser compreendida como dimensão constitutiva da história do Brasil, fornecendo bases indispensáveis para a compreensão de suas dinâmicas sociais, culturais e políticas.

1.2 A ETNIA KAINGANG

A etnia Kaingang é um dos grupos indígenas mais numerosos do Brasil e sua língua pertence à família linguística Jê, do tronco Macro-Jê (Silveira; Guerra; Santos, 2020). Está presente nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, onde possui

terras indígenas oficialmente reconhecidas.³ Tradicionalmente, os Kaingang organizam-se socialmente por meio de um sistema dualista, estruturado nas metades Kamé e Kanhru, que orientam não apenas as relações sociais e matrimoniais, mas também aspectos da linguagem.

[...] a cosmologia estabelece balizas na visão de mundo, as quais se tornam diferenças essenciais na construção dos significados da língua. Veiga (2006) expõe de modo informativo características essenciais da língua e cultura Kaingang. Em seu texto “Metades clânicas”, encontramos as balizas que marcam a cultura como a divisão das metades identitárias *kamê* e *kanhru*; são informações sobre as metades clânicas, exogâmicas, definidas pela cultura, aspecto fundamental da organização social dessa etnia (Guerra; Silveira; Felisbino, 2020, p. 223).

A divisão entre as metades é tão significativa que se reflete na gramática da língua kaingang, influenciando concordâncias e construções de sentido – constituindo, assim, um traço cultural de diferenciação identitária interna ao grupo (Guerra; Silveira; Felisbino, 2020).

A resistência dos Kaingang aos processos coloniais intensificou-se a partir do final do século XVIII e durante o século XIX, sobretudo em razão da ocupação de seus territórios por frentes agrícolas e missões religiosas:

Durante o século XVIII e primeira metade do século XIX, os Kaingang lutaram contra a invasão de seus territórios nos campos gerais, atacando as fazendas que ali se implantavam e os viajantes que transitavam pela estrada que ligava Sorocaba ao Rio Grande do Sul (Mota, 2020, p. 41).

Ainda assim, a vitalidade da língua kaingang deve ser compreendida no contexto mais amplo da luta dos povos indígenas contra políticas de homogeneização linguística e repressão cultural, como discute Gilvan Muller de Oliveira no texto “Plurilinguismo no Brasil” (2008). O conhecimento sobre território, fauna, flora, corpo humano e diversos outros temas é transmitido pela oralidade, que ainda desempenha papel central na preservação das cosmologias e culturas indígenas:

A predominância quase absoluta da oralidade no uso das línguas indígenas entre os povos indígenas acompanha e estimula essa dinamicidade da vida social indígena e das próprias línguas. Isso explica a dificuldade em gramaticalizar e ou escriturar essas línguas, do ponto de vista das normas e técnicas, embora toda a importância estratégica dos registros e sistematizações para fins de memória sócio-histórica (Silveira; Guerra; Santos, 2020, p. 10).

A riqueza da tradição oral kaingang manifesta-se em contos, provérbios e mitos que estruturam sua visão de mundo e se refletem no vocabulário (Silveira; Oliveira; Rodrigues,

³ Dados disponíveis no *site* Portal Kaingang, em formato *pdf*: <http://www.portalkaingang.org/Kaingang%20Censo%20IBGE%202010.pdf>.

2022), especialmente em campos semânticos ligados à natureza e ao corpo humano – domínios temáticos diretamente explorados no presente trabalho.

1.3 A RELAÇÃO TARDIA COM O COLONIZADOR

A chamada “relação tardia” dos Kaingang com os colonizadores europeus é um aspecto fundamental para compreender a preservação de sua identidade linguística. O contato mais direto intensificou-se apenas a partir do século XIX, com o avanço de frentes agrícolas e da expansão ferroviária no Sul do Brasil, resultando em inúmeros conflitos territoriais. Como afirma Melatti (2020, p. 46),

Os Kaingang [...] já tinham algum contato com os brancos no período colonial [...] No tempo do Segundo Império, houve até missão capuchinha entre os Kaingang do Paraná. Porém, companhias de colonização, ao venderem a imigrantes europeus terras habitadas por índios como se estivessem desocupadas, desencadeiam o conflito entre uns e outros.

Esse período de resistência armada contribuiu para a construção de uma imagem estigmatizada da etnia como “violenta”, desconsiderando o contexto real de defesa dos territórios e modos de vida kaingang. Tal representação encontra-se documentada em fontes oficiais e relatos históricos, como a *Carta sobre a Pacificação dos Coroados* (1912), na qual Curt Nimuendajú relata o processo de “pacificação” dos Coroados no estado de São Paulo:

Aldeia do Araribá - 14 de abril de 1912

Prezado Sr. Dr. Gensch,

Os acontecimentos ocorridos nas últimas semanas induziram-me a reatar nossa correspondência. Se isto lhe é pessoalmente agradável, não o sei, tenho porém a certeza de que o resultado de nosso labor vai encher de satisfação, como a mim. No dia 19 de março o primeiro grupo de COROADOS selvagens compareceu por vontade própria no acampamento do Serviço de Proteção aos Índios no Ribeirão dos Patos, para com isso selar a paz.

[...]

Quando retornava, os COROADOS atacaram e Manuel Miranda só escapou da morte por um milagre. Uma flechada chegou a ativar a sela de seu animal e um índio pacificado recebeu um ferimento que ultrapassou sua mão. Quando, porém os COROADOS ouviram a voz do intérprete, trocaram palavras, sem, porém, se mostrarem e pararam o ataque. Retiraram-se deixando seus arcos. Do nosso lado não partiu nem um único tiro.

O uso da palavra “selvagens”, bem como a própria lógica da “pacificação”, evidencia a perspectiva colonial que pautava as relações institucionais da época, desconsiderando a agência, a resistência e a complexidade sociocultural dos povos indígenas.

Ainda assim, a resistência kaingang foi essencial para a preservação da língua, mesmo diante da catequização e da atuação do SIL no país, a partir da década de 1960 (Seki, 1999).

Atualmente, essa convivência entre práticas tradicionais e influências externas é observável nas aldeias, onde coexistem a oralidade e o ensino formal. No caso da Terra Indígena Apucarantina, identificam-se traços linguísticos específicos que reforçam a necessidade de registros próprios e contextualizados da variante local.

1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Apesar da existência de registros anteriores da língua kaingang, como dicionários, vocabulários e descrições gramaticais produzidos desde o século XIX, ainda persiste uma lacuna significativa no que se refere à elaboração de materiais lexicográficos atualizados, organizados pedagogicamente e voltados especificamente para a variante falada na Terra Indígena Apucarantina. Grande parte dessas obras apresenta limitações metodológicas, dificuldades de acesso ou não contempla as necessidades concretas de professores, estudantes e falantes da comunidade, especialmente no contexto do ensino bilíngue e da revitalização linguística. Soma-se a isso o fato de que muitos desses registros não incorporam recursos fundamentais para línguas de forte tradição oral, como a dimensão fonética e o suporte em áudio, o que reduz seu potencial de uso pedagógico e comunitário. Nesse cenário, torna-se necessário desenvolver instrumentos de consulta mais acessíveis, contextualizados e alinhados aos usos reais da língua, capazes de contribuir tanto para a preservação linguística quanto para o fortalecimento identitário e educacional da comunidade kaingang de Apucarantina.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos. No primeiro, apresenta-se a contextualização histórica e linguística do trabalho, com enfoque nos povos originários, na etnia Kaingang e na justificativa do estudo. No segundo capítulo, são apresentados os objetivos geral e específicos. O terceiro reúne o referencial teórico, com destaque para os estudos lexicográficos e os registros das línguas indígenas. O quarto capítulo descreve a metodologia adotada. Por fim, o quinto apresenta o projeto lexicográfico, as fichas elaboradas e a proposta do vocabulário bilíngue. O trabalho finaliza com a Conclusão, as Referências, o Apêndice e os Anexos.

2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral elaborar um vocabulário bilíngue kaingang-português, organizado por campos semânticos, com base na variante falada na Terra Indígena Apucarânia, visando ao registro lexical e à sistematização de unidades vocabulares representativas dessa comunidade linguística.

Os objetivos específicos da dissertação são:

- Desenvolver uma análise lexicográfica da língua kaingang na variante falada na TI Apucarânia;
- Levantar dados lexicais organizados por campos semânticos, com suas respectivas equivalências em português;
- Contribuir para os estudos linguísticos sobre línguas indígenas, em especial sobre a língua kaingang;
- Subsidiar o desenvolvimento de um dicionário bilíngue kaingang-português da variante da TI Apucarânia;
- Elaborar um material de consulta acessível aos falantes e aprendizes da língua kaingang por meio de uma plataforma digital.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 SOBRE OS REGISTROS DE LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL

O registro das línguas indígenas no Brasil está diretamente relacionado à história da colonização e às formas pelas quais os povos originários foram representados ao longo do tempo. Desde os primeiros contatos entre europeus e populações indígenas, a produção de registros linguísticos esteve associada a interesses externos às comunidades falantes, como a catequese, a administração colonial e, posteriormente, a classificação científica. Como destaca Seki (1999), os primeiros materiais produzidos sobre línguas indígenas — especialmente nos períodos colonial e imperial — constituem, em muitos casos, a única fonte de informação disponível sobre línguas hoje extintas, ainda que tenham sido elaborados sob perspectivas metodológicas e ideológicas restritas.

Ao longo do século XX, o interesse pela documentação linguística indígena passou a incorporar, de modo mais sistemático, abordagens científicas da Linguística. No entanto, esse processo foi marcado por descontinuidades institucionais e por uma inserção tardia da Linguística Indígena no cenário acadêmico brasileiro. Seki (1999) observa que, apesar do aumento gradual da produção descritiva, a área permaneceu por muito tempo à margem da Linguística no Brasil, tanto em termos de reconhecimento institucional quanto de formação de especialistas, o que impactou diretamente a quantidade e a qualidade dos registros produzidos.

Paralelamente a essas limitações estruturais, a situação sociolinguística das línguas indígenas no Brasil contemporâneo coloca desafios urgentes à documentação linguística. D'Angelis (2014) aponta que, das aproximadamente 160 línguas indígenas ainda faladas no país, mais da metade conta com menos de 500 falantes, e uma parcela significativa encontra-se em situação crítica ou seriamente ameaçada. Esse quadro evidencia que o registro linguístico não pode ser compreendido apenas como um exercício acadêmico, mas como uma ação situada em contextos de forte vulnerabilidade sociocultural, nos quais a perda de falantes ocorre de forma acelerada.

Nesse sentido, o autor alerta para o risco de uma abordagem restrita à chamada “documentação de emergência”, voltada exclusivamente ao registro dos últimos falantes, sem compromisso com o fortalecimento das línguas nas próprias comunidades. Tal postura é sintetizada na seguinte passagem:

É mais fácil encontrar linguistas interessados em guardar “em formol” os últimos registros possíveis dos últimos falantes de línguas indígenas — e também burocratas e recursos do governo que os apoiem — do que linguistas

dispostos a dedicar-se ao fortalecimento, à revitalização e a outras ações pela sobrevivência real das línguas indígenas no Brasil (D'Angelis, 2014, p. 7).

Essa crítica evidencia a dimensão ética e política que atravessa o debate sobre os registros linguísticos indígenas. A documentação, quando desvinculada das demandas e dos projetos das próprias comunidades, corre o risco de reproduzir práticas extrativistas do conhecimento, nas quais a língua é tratada como objeto a ser coletado, e não como expressão viva de uma coletividade. Por outro lado, tanto Seki (1999) quanto D'Angelis (2014) defendem a necessidade de registros sistemáticos, metodologicamente rigorosos e socialmente comprometidos, que possam atender simultaneamente às exigências científicas e às necessidades das populações indígenas.

Assim, os registros de línguas indígenas no Brasil devem ser compreendidos como parte de um campo em construção, marcado por tensões entre preservação, documentação, revitalização e políticas linguísticas. Longe de se limitar à descrição estrutural das línguas, esse campo envolve decisões teóricas, institucionais e éticas que impactam diretamente o futuro das línguas indígenas e o reconhecimento de sua centralidade na diversidade linguística e cultural do país.

3.1.1 O tronco Macro-Jê

O tronco Macro-Jê constitui uma das hipóteses mais relevantes no campo da Linguística histórica indígena no Brasil, sendo considerado um dos agrupamentos genéticos de maior profundidade temporal para as línguas ameríndias sul-americanas. Conforme apresentado por Martins *et al.* (2015), a formulação e o desenvolvimento dessa hipótese estão diretamente associados às contribuições de Aryon Dall'Igna Rodrigues (1999), cujos estudos foram decisivos para a consolidação do Macro-Jê como objeto de investigação sistemática no âmbito da Linguística histórico-comparativa.

A hipótese do tronco Macro-Jê foi construída a partir da análise de dados fonológicos, lexicais e gramaticais de diversas línguas indígenas faladas majoritariamente em território brasileiro. Segundo Martins *et al.* (2015), Rodrigues (1999) propôs esse tronco como um agrupamento genético em construção, isto é, como uma hipótese de trabalho sujeita a constante revisão e refinamento, à medida que novos dados comparativos fossem produzidos.

Em sua formulação mais sistematizada, Rodrigues (1999) propõe que o tronco Macro-Jê é constituído por doze famílias linguísticas, a saber: Jê, Kamakã, Maxakalí, Krenák, Purí, Karirí, Yatê, Karajá, Ofayé, Boróro, Guató e Rikbaktsa. Essa proposta representa um avanço

significativo em relação às classificações anteriores, ao reunir evidências históricas e linguísticas que sugerem uma origem comum dessas famílias, ainda que remota.

Os autores ressaltam que a própria cautela metodológica de Rodrigues (1999) é um traço marcante de sua contribuição teórica. O linguista reconhecia explicitamente as limitações impostas pela escassez de documentação de diversas línguas — sobretudo as já extintas — e pela profundidade temporal envolvida no desmembramento do tronco. Nesse sentido, Martins *et al.* (2015) afirmam que a hipótese Macro-Jê se caracteriza menos como um modelo fechado e mais como um campo aberto de investigação, capaz de estimular novos estudos histórico-comparativos.

Um dos aspectos centrais da argumentação de Rodrigues (1999) em favor do tronco Macro-Jê está na identificação de correspondências fonológicas regulares e de cognatos lexicais compartilhados entre línguas pertencentes a famílias distintas. Em seu estudo de 1999, o autor apresenta um conjunto de comparações lexicais que apontam para regularidades sistemáticas entre essas línguas, reforçando a plausibilidade da hipótese de parentesco genético (Martins *et al.*, 2015).

Além das evidências lexicais, Rodrigues (1999) identificou também traços morfossintáticos comuns, em especial a presença de mecanismos de flexão relacional, materializados nos chamados marcadores de contiguidade (CNT) e não contiguidade (NCNT). Tais marcadores indicam a relação sintática entre determinante e determinado em diferentes tipos de sintagmas e são considerados pelo autor como resquícios de um sistema gramatical antigo compartilhado pelas línguas do tronco. Conforme sintetizam Martins *et al.* (2015), esse tipo de evidência gramatical fortalece significativamente a hipótese de afinidade genética, uma vez que envolve categorias estruturais menos suscetíveis a empréstimos.

A esse respeito, os autores reproduzem a definição de Rodrigues sobre esses mecanismos morfológicos, enfatizando sua relevância para a reconstrução histórica do tronco Macro-Jê:

Nas línguas em que há só dois prefixos, um destes, a que chamo aqui de prefixo 1, indica que o determinante está expresso nominalmente no sintagma de dependência e, assim, está adjacente ou contíguo [...] ao determinado, que é o núcleo desse sintagma. [...] O prefixo 2 indica que o determinante foi removido do sintagma de dependência e, por isso, não precede imediatamente o respectivo núcleo [...] (Rodrigues, 2001, p. 219 *apud* Martins *et al.*, 2015, p. 114).

Outro ponto refere-se à heterogeneidade interna do tronco Macro-Jê, tanto do ponto de vista linguístico quanto sociogeográfico. As famílias que o compõem distribuem-se por amplas

áreas do território brasileiro, resultado de longos processos migratórios e históricos. Essa dispersão geográfica, aliada ao contato prolongado com línguas de outros troncos e famílias, representa um desafio adicional para os estudos comparativos, uma vez que pode gerar interferências e convergências não genéticas (Martins *et al.*, 2015).

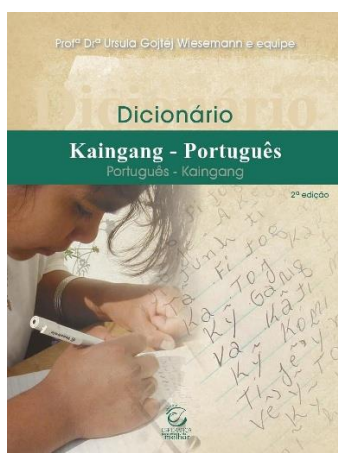
Por fim, os autores enfatizam que, apesar das evidências acumuladas ao longo de décadas de pesquisa, a hipótese do tronco Macro-Jê ainda carece de comprovação conclusiva. Tal situação decorre, sobretudo, da precariedade dos registros de línguas extintas e da insuficiência de descrições aprofundadas de várias línguas ainda vivas. Ainda assim, a proposta de Rodrigues (1999 *apud* Martins *et al.*, 2015) permanece como a mais consistente e influente no campo, tendo orientado grande parte das pesquisas recentes sobre o Macro-Jê e suas possíveis relações com outros grandes agrupamentos linguísticos, como o tronco Tupí e a família Karíb (Martins *et al.*, 2015).

Essa discussão é particularmente relevante para o presente trabalho, uma vez que a língua kaingang, pertencente à família Jê, insere-se diretamente nesse quadro classificatório e nas problematizações histórico-comparativas associadas ao tronco Macro-Jê.

3.2 OS REGISTROS DA LÍNGUA KAIKANG

A língua kaingang é tradicionalmente marcada pela oralidade. No entanto, a partir da década de 1970, passou a ser sistematicamente descrita e teve sua ortografia sistematizada pela missionária e linguista Ursula Wiesemann, com o objetivo de viabilizar sua compreensão e descrição linguística, bem como a tradução da Bíblia para o kaingang. O *Dicionário Kaingang-Português / Português-Kaingang* (Wiesemann, 2011, figura 1) reúne vocabulário em kaingang com suas respectivas traduções para o português, além de apresentar uma breve descrição gramatical da língua.

Figura 1 – Capa do Dicionário Kaingang-Português / Português-Kaingang



Fonte: Wiesemann, 2011.

Apesar dessa contribuição, o dicionário de Wiesemann contempla exclusivamente a variante falada na Terra Indígena Rio das Cobras (PR), o que dificulta sua compreensão por parte de falantes da TI Apucarantina e compromete sua aplicabilidade como material de consulta ou uso pedagógico em contextos escolares dessa região.

Os registros da língua kaingang antecedem os trabalhos de Wiesemann e remontam a 1842, conforme demonstrado por D'Angelis (2003) em seu estudo *O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842–1950): valor e uso da documentação etnográfica*. Nesse trabalho, o autor apresenta um panorama histórico da documentação linguística do kaingang, comentando as metodologias utilizadas, as regiões de coleta, os anos dos registros e as variações dialetais observadas ao longo do tempo.

Constata-se, ao longo desse levantamento, a presença recorrente de missionários entre os responsáveis pelos registros linguísticos, o que influenciou o vocabulário documentado. Muitos dos registros apresentam neologismos associados ao universo cristão, os quais foram incorporados a determinadas variantes da língua. Essa interferência pode ser observada em diversos escritos voltados ao léxico kaingang.

D'Angelis (2003, p. 36) exemplifica essas diferenças apresentando variações lexicais registradas para a palavra “cavalo”, associadas a diferentes autores, regiões e períodos de coleta. Esses dados evidenciam a existência de particularidades linguísticas regionais e a necessidade de se considerar tais variações nos estudos lexicográficos sobre o kaingang:

Chagas Lima (1842)	<i>queveru</i> (PR)
Hégréville (1857)	<i>cavarú</i> (PR-SC)
Pe Gay (séc. XIX)	<i>cavarú</i> (RS)

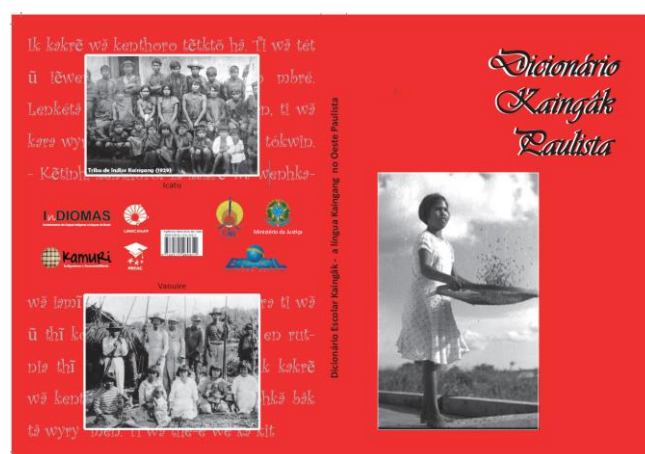
Neologismos:

Saint-Hilaire (1851)	<i>mingbagare</i> (SP)
Rondon (1938)	<i>gron-gron</i> (RS)
Hanke (1947)	<i>Kombimbi-y'm</i> (Kombê mbagn) (PR)

Entretanto, de acordo com D'Angelis, os registros históricos da língua kaingang não apresentam consenso quanto a diversos aspectos da escrita e da gramática. Além disso, muitos deles carecem de uma metodologia sistemática de coleta e registro de dados, o que compromete a validade científica dos materiais produzidos. Por essa razão, o trabalho desenvolvido por Wiesemann continua sendo uma das principais referências nas pesquisas sobre a língua kaingang em diferentes regiões do país. Essa centralidade revela, por um lado, a importância de seu pioneirismo; por outro, evidencia a necessidade de descrições lexicais mais precisas e contextualizadas para cada variante regional, dada a presença de particularidades linguísticas e culturais que resultam, em grande medida, de processos históricos diferenciados de opressão e perseguição em distintas áreas do território nacional.

Mais recentemente, D'Angelis coordenou a elaboração do *Dicionário Português-Kaingâk* (2018, figura 2), voltado à variante falada nas comunidades kaingang do oeste paulista. A obra reúne dados fornecidos por falantes locais e de outras regiões, além de apresentar textos em kaingang acompanhados de suas respectivas traduções. O dicionário conta com abonações de verbetes e referências específicas de uso, conferindo-lhe consistência científica e valor prático como instrumento bilíngue voltado ao uso escolar e comunitário.

Figura 2 – Capa do Dicionário Português-Kaingâk



Fonte: D'Angelis, 2018.

As obras de Wiesemann (2011) e D'Angelis (2018) ilustram as diferenças entre as variantes da língua kaingang faladas, respectivamente, na T.I Rio das Cobras (PR) e no Oeste

Paulista. Tais divergências já haviam sido apontadas por D’Angelis (2003), ao longo de sua análise diacrônica dos registros linguísticos kaingang. Essas distinções não se limitam ao plano lexical ou fonológico: estendem-se também à grafia e à forma de nomear a própria língua. A literatura acadêmico-científica registra predominantemente as formas *kaingáng* e *kaingang*, enquanto os falantes do Sul do país utilizam a forma *kanhgág*, que reflete com maior precisão a pronúncia nativa. No estado de São Paulo, especialmente no Oeste Paulista, é comum o uso da forma *kaingâk*, conforme documentado por D’Angelis (2018). Os dicionários de língua portuguesa consagram a forma aportuguesada *caingangue*, ainda recorrente em documentos oficiais e textos jornalísticos. Essas variações expressam não apenas diferenças fonéticas e ortográficas, mas também identidades regionais e escolhas socioculturais dos diferentes grupos kaingang.

Esse conjunto de variações reforça a necessidade de registros lexicais situados, como o que se propõe neste trabalho, voltado especificamente à variante da TI Apucarantina.

3.3 LEXICOGRAFIA E METALEXICOGRAFIA: DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS E INTERFACES

Os estudos lexicográficos contemporâneos organizam-se em dois níveis analíticos inter-relacionados: a Lexicografia, enquanto prática de produção de obras de referência, e a Metalexicografia, enquanto campo reflexivo voltado à teorização e à crítica dessas obras. Embora distintas quanto a seus objetos imediatos, ambas compartilham o interesse pela descrição sistemática do léxico e pelos princípios que orientam sua representação em dicionários.

A Lexicografia pode ser compreendida como o campo dedicado à elaboração de dicionários, abrangendo tanto a prática de compilação quanto as decisões metodológicas envolvidas na seleção, organização e apresentação das unidades lexicais. Conforme argumenta Zgusta (1971), a atividade lexicográfica não se reduz a uma técnica editorial, pois pressupõe procedimentos sistemáticos de descrição capazes de tratar o léxico em sua complexidade. O autor ressalta que, independentemente das diferenças internas entre unidades lexicais, o lexicógrafo precisa lidar com elas de modo coerente no processo de registro e organização, como se observa no trecho “Basically, however, the lexicographer deals with all these lexical units [...] in the same way, irrespective of what internal structures they have” (Zgusta, 1971, p. 158).

Dessa forma, a Lexicografia constitui-se como uma prática aplicada orientada por princípios descritivos, voltada à produção de obras que sistematizam informações linguísticas relevantes e acessíveis ao usuário.

A Metalexicografia, por sua vez, constitui-se como o campo teórico-reflexivo que toma a Lexicografia como objeto de estudo. Desenvolvida de modo sistemático sobretudo por Wiegand (1984), a Metalexicografia dedica-se à análise crítica das atividades lexicográficas, das estruturas dos dicionários e dos fundamentos que orientam sua produção. Wiegand afirma de maneira categórica que a Lexicografia não deve ser confundida com ciência teórica, uma vez que sua finalidade principal não é produzir teorias, mas obras de referência. Segundo o autor:

A lexicografia nunca foi uma ciência, não é uma ciência e provavelmente não se tornará uma ciência [...] escrever sobre lexicografia faz parte da metalexicografia e a teoria da lexicografia não faz parte da lexicografia (Wiegand, 1984, p. 13, tradução nossa)⁴.

Assim, enquanto a Lexicografia corresponde a uma prática aplicada de elaboração de dicionários, a Metalexicografia compreende o domínio no qual se desenvolvem teorias, modelos analíticos e instrumentos críticos para compreender e avaliar essas práticas.

Além disso, Wiegand destaca que a atividade lexicográfica mobiliza conhecimentos provenientes de diferentes disciplinas, variando conforme o tipo de obra produzida, não sendo determinada exclusivamente pela Linguística ou pela Metalexicografia. Como observa o autor: “Lexicographical activity has recourse to the results, methods and theories of various academic disciplines according to the type of reference work being produced” (Wiegand, 1984, p. 14).

A relação entre Lexicografia e Metalexicografia é, portanto, de complementaridade. A Metalexicografia não substitui a prática lexicográfica, mas fornece instrumentos conceituais para analisá-la, avaliá-la e aprimorá-la, considerando aspectos como macroestrutura, microestrutura, tipologia e funções dos dicionários.

Nesse quadro, Bergenholtz e Tarp (2003) ampliam esse debate ao enfatizar que os dicionários devem ser concebidos como produtos utilitários, elaborados para satisfazer necessidades concretas de grupos específicos de usuários em situações determinadas de consulta. Os autores afirmam que as funções lexicográficas consistem justamente em oferecer

⁴ Citação traduzida do inglês: Lexicography was never a science, it is not a science, and it will probably not become a science [...] writing on lexicography is part of meta-lexicography and that the theory of lexicography is not part of lexicography (Wiegand, 1984, p. 13).

assistência a usuários em situações específicas: “A lexicographic function of a given dictionary is to provide assistance to a specific user group [...] in a specific type of user situation” (Bergenholtz; Tarp, 2003, p. 176).

Nessa perspectiva funcional, distinguem-se situações orientadas à comunicação e situações orientadas ao conhecimento, reforçando que a organização e a seleção dos dados lexicográficos devem responder diretamente às demandas reais do consulente (Bergenholtz; Tarp, 2003).

A Lexicografia Pedagógica pode ser compreendida como um desdobramento aplicado da prática lexicográfica, voltado à elaboração de obras orientadas às necessidades de aprendizes. Jackson (2002) observa que a Lexicografia envolve o estudo dos dicionários e de seus propósitos, destacando que diferentes tipos de obras cumprem funções específicas e se distinguem por sua organização e pelo tipo de informação oferecida. Como aponta o autor, dicionários voltados a aprendizes integram a diversidade tipológica contemporânea e refletem desenvolvimentos recentes no campo, inclusive com recursos eletrônicos (Jackson, 2002).

Assim, a distinção entre Lexicografia e Metalexicografia não implica uma separação rígida, mas uma articulação teórica: enquanto a Lexicografia se dedica à produção de dicionários, a Metalexicografia fornece os fundamentos conceituais para a compreensão crítica dessas obras, contribuindo para o desenvolvimento de práticas lexicográficas mais sistemáticas, funcionais e teoricamente orientadas.

Essa articulação fundamenta a proposta do presente trabalho, que, ao elaborar um vocabulário bilíngue, mobiliza princípios lexicográficos orientados por reflexões metalexicográficas e por demandas específicas de seus usuários.

3.4 A TEORIA LEXICOGRÁFICA, DICIONÁRIOS BILÍNGUES E OS CAMPOS SEMÂNTICOS

A presente dissertação propõe a organização do léxico kaingang, coletado na TI Apucarânia, por meio de campos semânticos, a fim de tornar o tratamento dos dados mais sistemático, dinâmico e facilmente atualizável. Conforme discutido anteriormente, a Lexicografia compreende tanto a prática de elaboração de dicionários quanto a reflexão teórica sobre seus princípios estruturais e funcionais.

Além disso, no que se refere à função dos dicionários, Biderman afirma que:

Um dicionário padrão é um instrumento para orientar os seus consulentes sobre os significados e os usos das palavras e para que eles possam expressar suas ideias e sentimentos com a maior precisão e propriedade possíveis (Biderman, 1984, p. 27).

Quanto à tipologia, Welker observa que os dicionários bilíngues se caracterizam, em geral, pela apresentação de equivalentes entre línguas, ao passo que os monolíngues fornecem definições na mesma língua: “Os dicionários bilíngues [...] apresentam palavras ‘equivalentes’ entre as línguas. Os monolíngues fornecem definições na mesma língua.” (Welker, 2008 *apud* Fargetti; Mondini, 2021, p. 26).

Contudo, a microestrutura bilíngue pode incluir informações adicionais além da equivalência simples, como exemplos, marcas semânticas e dados culturais, conforme o projeto lexicográfico: “Na microestrutura, devem-se apresentar as informações que permitam a compreensão do significado da palavra apresentada, se além da simples equivalência...” (Welker, 2008 *apud* Fargetti; Mondini, 2021, p. 27).

No que diz respeito à organização lexical, propõe-se neste estudo a divisão do vocabulário por campos semânticos, conforme conceituado por Hatch e Brown (1995), para os quais esses campos correspondem a agrupamentos de unidades lexicais associadas por domínios de significado.

A aplicação desse princípio pode ser observada em dicionários analógicos ou ideológicos, como o de Spitzer (1952), cuja finalidade consiste em organizar o léxico por associações conceituais amplas:

O Dicionário Analógico fornece um apanhado global da língua portuguesa, racionalmente distribuído; dá a palavra ou locução que se ignora ou que saiu da memória; evita as repetições de palavras e as impropriedades resultantes do desconhecimento de inúmeros vocábulos e das locuções analógicas, sinonímicas e antonímicas; obriga o escritor que procura uma palavra ou locução a percorrer o grupo das que se lhe acham associadas por uma ligação ideológica. (Spitzer, 1952, p. 8).

Assim, a organização do léxico kaingang por campos semânticos busca não apenas sistematizar os dados coletados, mas também oferecer uma estrutura que favoreça o registro, a ampliação e a atualização contínua do vocabulário em contexto bilíngue.

É possível observar a aplicação da divisão por campos semânticos em dicionários analógicos – também denominados dicionários ideológicos – como os de Casares (1997), Azevedo (2010) e Spitzer (1952). No *Diccionario ideológico de la lengua española: desde la idea a la palabra, desde la palabra a la idea*, Casares organiza o léxico por domínios conceituais amplos, estabelecendo relações semânticas entre palavras associadas a determinadas áreas do conhecimento e da experiência humana. O autor propõe a seguinte divisão em 38 campos:

1. Religião; 2. Física e química; 3. Geografia, astronomia e meteorologia; 4. Geologia, mineralogia e mineração; 5. Botânica; 6. Zoologia; 7. Anatomia; 8. Fisiologia; 9. Alimentação; 10. Vestuário; 11. Moradia; 12. Medicina; 13. Sensibilidade; 14. Sentimento; 15. Existência e mudança; 16. Relação, ordem e causalidade; 17. Espaço e geometria; 18. Forma; 19. Movimento; 20. Localização; 21. Tempo; 22. Quantidade; 23. Inteligência; 24. Início, avaliação; 25. Vontade; 26. Conduta; 27. Ação; 28. Comunicação de ideias e sentimentos; 29. Arte-Linguagem; 30. Nação; 31. Costume; 32. Direito e justiça; 33. Propriedade; 34. Milícia; 35. Comércio, bancos, bolsa; 36. Agricultura; 37. Zootecnia; 38. Transportes. (Soler, 1999, p. 29, tradução nossa).⁵

Azevedo (2010) e Spitzer (1952), por sua vez, propõem classificações semânticas um pouco distintas da proposta de Casares, mas que se aproximam entre si. Ambos estruturam os campos por meio de grandes classes e subdivisões internas – denominadas seções ou divisões – que agrupam os itens lexicais por afinidade conceitual e funcional. Essa sistematização permite um mapeamento temático mais flexível e adaptável a diferentes propósitos lexicográficos, especialmente em dicionários com finalidade didática ou de documentação linguística:

Quadro 1 – Divisão por campos semânticos adotada por Azevedo (2010) e Spitzer (1952)

Classes	Divisões
I. Relações Abstratas	I. Existência
	II. Relação
	III. Quantidade
	IV. Ordem
	V. Número
	VI. Tempo
	VII. Mudança
	VIII. Causa
II. Espaço	I. Em Geral
	II. Dimensões
	III. Forma
	IV. Movimento
III. Matéria	I. Em geral
	II. Inorgânica
	III. Orgânica

Fonte: a própria autora, com base em Azevedo (2010) e Spitzer (1952).

⁵ Citação traduzida do espanhol: 1. Religión; 2. Física y química; 3. Geografía, astronomía y Meteorología; 4. Geología, mineralogía y minería; 5. Botánica; 6. Zoología; 7. Anatomía; 8. Fisiología; 9. Alimentación; 10. Vestido; 11. Vivienda; 12. Medicina; 13. Sensibilidad; 14. Sentimiento; 15. Existencia y cambio; 16. Relación, orden y causalidad; 17. Espacio y geometría; 18. Forma; 19. Movimiento; 20. Colocación; 21. Tiempo; 22. Cantidad; 23. Inteligencia; 24. Inicio, valoración; 25. Voluntad; 26. Conducta; 27. Acción; 28. Comunicación de ideas y sentimientos. 29. Arte-Lenguaje; 30. Nación; 31. Costumbre; 32. Derecho y justicia; 33. Propiedad; 34. Milicia; 35. Comercio, banca, bolsa; 36. Agricultura; 37. Zootecnia; 38. Transportes. (Soler, 1999, p. 29).

Entretanto, observa-se que há diferenças relevantes entre a divisão proposta por Azevedo (2010) e aquela apresentada por Spitzer (1952), especialmente nas classes IV, V e VI. Azevedo organiza essas categorias da seguinte forma: IV. Entretenimento; V. Vontade; VI. Afeições. Já Spitzer propõe uma nomenclatura e estrutura distintas, conforme demonstrado no Quadro 2, no item IV. Faculdade Cognosciva (composta por duas divisões e suas respectivas seções); V. Faculdade Volitiva (com uma divisão e subdivisões); e VI. Faculdade Afetiva (estruturada apenas em seções).

Quadro 2 – Divisão do léxico por campos semânticos proposta por Spitzer (1952)

Classes	Divisões	Seções
IV. Faculdade Cognosciva	I. Formação de ideias	I. Operação do entendimento em geral
		II. Condição anterior a operação do entendimento
		III. Material para o raciocínio
		IV. processo do raciocínio
		V. Resultado do raciocínio
		VI. Extensão do pensamento
		VII. Criador do pensamento
	II. Comunicação de ideias	I. Natureza das ideias (comunicabilidade)
		II. Modo de comunicação
		III. Meio de comunicação
V. Faculdade volitiva	I. Vontade individual	I. Vontade em geral
		II. Vontade prospectiva
		III. Vontade em ação
		IV. Vontade contrariada
		V. Resultado da ação
	II. Vontade intersocial	I. Em geral
		II. Em particular
		III. Debaixo da condição
		IV. Relação comunicativa
VI. Faculdade Afetiva		I. Em geral
		II. Pessoal
		III. Simpática
		IV. Moral
		V. Religiosa

Fonte: Spitzer (1952).

Apesar das diferenças nas divisões apresentadas por Azevedo (2010) e Spitzer (1952), Azevedo introduz, posteriormente em seu dicionário, outras categorias, o que reforça a ideia de que a organização por campos semânticos pode ser personalizada conforme os objetivos da obra. Essa flexibilidade metodológica permite que cada projeto lexicográfico adapte sua estrutura classificatória às especificidades do corpus e à finalidade a que se propõe.

É importante ressaltar que a divisão por campos semânticos adotada nesta dissertação foi organizada com base nos pressupostos da Metalexicografia, da Lexicografia e da Teoria dos Campos Semânticos, articulados aos dados empíricos coletados. O vocabulário resultante buscará refletir a realidade linguística e cultural da TI Apucarantina, respeitando suas particularidades regionais e seu contexto sociocultural específico.

Essa opção metodológica justifica a escolha dos três campos semânticos adotados neste trabalho, diretamente relacionados às práticas culturais e ao cotidiano da comunidade.

3.5 VOCABULÁRIO OU DICIONÁRIO?

No campo da Lexicografia, há uma distinção importante entre vocabulário e dicionário, cada um desempenhando funções específicas no tratamento do léxico e na organização das informações linguísticas. A compreensão dessas diferenças é essencial para entender como as unidades lexicais são coletadas, organizadas e utilizadas em contextos diversos.

3.5.1 Vocabulário

O vocabulário refere-se às palavras efetivamente utilizadas pelos falantes em situações comunicativas reais. É dinâmico, mutável e influenciado por fatores como contexto social, nível de escolaridade, variação regional e necessidades discursivas. Biderman (1996, p. 31) distingue vocabulário de léxico, afirmando: “*léxico* é o conjunto abstrato das unidades lexicais da língua; *vocabulário* é o conjunto das realizações discursivas dessas mesmas unidades”. Em outras palavras, o léxico corresponde ao inventário potencial da língua, enquanto o vocabulário representa a sua realização concreta, moldada pelas condições de uso e pelo repertório individual de cada falante.

Esse caráter situacional do vocabulário é determinante para o desenvolvimento da competência lexical, que, segundo Travaglia, consiste em um

[...] conjunto de itens lexicais (palavras, expressões idiomáticas) que uma pessoa é capaz de usar para produzir e compreender textos caracteriza sua competência lexical. Esta é incrementada pelo aumento do vocabulário de determinada pessoa tanto ativa (quando fala ou escreve) quanto passiva ou receptivamente na compreensão de textos (quando ouve ou lê) (Travaglia, 2022, p. 26).

Esse conceito reforça que a competência lexical depende diretamente do vocabulário efetivamente utilizado pelos falantes em diferentes situações, o que justifica a importância de

estudos voltados à descrição de vocabulários específicos – como o da variante kaingang da TI Apucarânia – em sua dimensão prática e comunicativa.

3.5.2 Dicionário

Como já discutido, o dicionário é uma obra de referência sistemática que busca registrar e descrever o léxico de uma língua, apresentando informações padronizadas, como definições, pronúncia, etimologia, classe gramatical e exemplos de uso. Diferentemente do vocabulário, o dicionário adota uma abordagem mais estática e abrangente.

Biderman (1996, p. 34) destaca que os dicionários visam representar o léxico de forma estável e objetiva, ainda que de modo limitado, ao afirmar que “trata-se sempre de uma obra incompleta, inacabada, dada a natureza *in fieri* do léxico. De fato, todo dicionário precisaria ser atualizado, no mínimo, a cada dez anos”. Essa característica confere ao dicionário uma natureza descritiva e normatizadora, ainda que sujeitos ao descompasso com o uso vivo da língua. Por sua proposta de longa duração, os dicionários tendem a excluir regionalismos efêmeros ou neologismos incipientes, priorizando palavras de maior estabilidade e alcance.

Em contraste, o vocabulário – por ser mais fluido e sensível ao contexto – capta melhor as variações locais e as transformações linguísticas em curso. Assim, enquanto o dicionário oferece um panorama sistematizado e relativamente fixo da língua, o vocabulário reflete seu uso atual e situado, revelando as escolhas lexicais que de fato circulam entre os falantes.

Essa distinção fundamenta a opção deste trabalho pela elaboração de um vocabulário, e não de um dicionário, priorizando o registro do uso efetivo da língua na variante da TI Apucarânia.

3.6 MACROESTRUTURA E MICROESTRUTURA DO DICIONÁRIO

A estrutura do dicionário envolve múltiplos níveis organizacionais que visam tornar a consulta eficiente e coerente com os objetivos lexicográficos. Welker (2004) apresenta a distinção entre macroestrutura e microestrutura como elementos centrais da composição de um dicionário, cada um com funções específicas na disposição e transmissão das informações lexicais.

3.6.1 Macroestrutura

A macroestrutura refere-se ao conjunto das entradas ou lemas selecionados para compor o corpo principal do dicionário, também chamada de *nomenclatura* (Welker, 2004, p. 81). Ela

pode ser organizada alfabeticamente ou tematicamente, dependendo do público-alvo e do propósito da obra. Além disso, a macroestrutura não trata apenas do rol de entradas, mas também da forma como essas entradas são organizadas dentro do dicionário, como destaca o autor:

Numa outra acepção, *macroestrutura* refere-se à forma como o corpo do dicionário é organizado. Empregando-se o termo nesse sentido, pode-se caracterizar a macroestrutura mediante as respostas a perguntas como: O arranjo das entradas é temático ou alfabético? Os verbetes têm todos o mesmo formato? Há ilustrações gráficas e/ou tabelas no meio dos verbetes? Informações sintáticas ou outras estão colocadas fora do bloco do verbebo? (Welker, 2004, p. 81).

Dessa maneira, compreende-se que a macroestrutura é determinada por critérios formais e funcionais que impactam diretamente na experiência de consulta do usuário, sendo um dos elementos fundamentais no planejamento lexicográfico.

3.6.1.1 Projeto lexicográfico

O projeto lexicográfico de um dicionário ou vocabulário representa uma etapa essencial, pois define a metodologia, os objetivos e os critérios que nortearam todas as fases da construção da obra – desde a coleta de dados até a forma final de apresentação das entradas. Porto Dapena (2002, p. 77-78) sintetiza essa etapa da seguinte maneira:

Como é lógico, o planejamento deve abranger todos os aspectos da elaboração do dicionário. Incluirá, portanto, um plano técnico, no qual sejam contempladas as características do futuro dicionário, bem como as bases ou princípios nos quais este se fundamentará, de modo que, entre outros aspectos, sejam indicados, por exemplo, a finalidade da obra, o público a que se destina, as palavras que constituirão as entradas, o conteúdo e a organização dos artigos, etc. Além disso, incluirá também um plano prático, que deve prever os meios necessários para o início do trabalho, tais como instrumentos mecânicos e informáticos, pessoal colaborador, duração das tarefas, extensão da obra, custos, etc. (Dapena, 2002, p. 77-78, tradução nossa)⁶.

As decisões tomadas nesse estágio devem estar alinhadas com a finalidade da obra – que pode variar entre objetivos educacionais, preservação de línguas ameaçadas, pesquisa

⁶ Citação traduzida do espanhol: Como es lógico, la planificación ha de abarcar todos los aspectos de la elaboración del diccionario. Incluirá, pues, un plan técnico, en que se contemplen las características del futuro diccionario, así como las bases o principios en que éste va a fundamentarse, de modo que, entre otros extremos, se indiquen, por ejemplo, la finalidad de la obra, el público a que va destinada, las palabras que han de constituir las entradas, el contenido y organización de los artículos, etc. A su lado, incluirá asimismo un plan práctico, el cual ha de prever los medios necesarios para la puesta en marcha del trabajo como instrumentos mecánicos e informáticos, personal colaborador., duración de las tareas, extensión de la obra, costos. etc. (Dapena, 2002, p. 77-78).

acadêmica ou uso cotidiano. Hartmann e James (1998) enfatizam que a estrutura e o conteúdo do dicionário precisam refletir a variedade de usos linguísticos, considerando aspectos como frequência, relevância cultural e aplicabilidade técnica. Um dos primeiros desafios do projeto é a seleção das unidades lexicais, que não deve se restringir às palavras mais frequentes, mas também incluir palavras culturalmente significativas e relevantes para os falantes e aprendizes da língua em questão.

Além disso, é essencial estabelecer critérios claros para a inclusão de neologismos, arcaísmos, regionalismos e variantes linguísticas, de modo a garantir que a obra represente não apenas o estado atual da língua, mas também sua vitalidade e dinamicidade.

Outro aspecto fundamental refere-se à estrutura interna das entradas lexicais. Jackson (2002) destaca que as definições precisam ser claras e acessíveis, especialmente quando o público-alvo inclui falantes em processo de aprendizagem ou usuários não especializados. A apresentação das informações – incluindo definições, exemplos de uso, categoria gramatical, entre outras – influencia diretamente a usabilidade da obra.

Biderman (1984, p. 29) reforça essa perspectiva ao afirmar que

O tamanho físico do dicionário, seu tipo de impressão, a existência ou não de ilustração, o seu custo dependerão dos objetivos do dicionário. Além do significado, o dicionário deve responder às dúvidas do consultante sobre a sintaxe das palavras, tais como: regência preposicional, combinações possíveis ou inaceitáveis; deve fornecer ainda informações adicionais sobre a forma do vocábulo-entrada e o paradigma de que ele eventualmente faça parte.

Além disso, o projeto lexicográfico deve contemplar, desde seu planejamento, a necessidade de revisão e atualização periódica da obra, em razão da natureza dinâmica das línguas naturais. A evolução lexical é um processo contínuo, impulsionado por transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas, que introduzem novas palavras e reformulam sentidos anteriormente consolidados. Dessa forma, um dicionário – mesmo os de caráter normativo ou descritivo mais amplo – corre o risco de obsolescência caso não incorpore estratégias de renovação sistemática. A inclusão de neologismos, a reformulação de definições e a exclusão de palavras em desuso são procedimentos essenciais para que o dicionário ou vocabulário permaneça relevante, acessível e funcional ao seu público-alvo. Biderman exemplifica esse princípio ao tratar dos dicionários unilíngues:

[...] é imprescindível o investimento de grandes recursos humanos, técnicos e econômicos para mantê-lo sempre atualizado e apto a responder às necessidades dos membros da comunidade. Em virtude do afluxo contínuo de termos novos oriundos das aceleradas transformações sociais, culturais,

técnicas e científicas no mundo contemporâneo, torna-se indispensável uma frequente reformulação dos dicionários unilíngues (Biderman, 1984, p. 41).

Isso implica adotar estratégias eficazes para acompanhar as mudanças linguísticas e culturais, garantindo que o dicionário ou vocabulário permaneça relevante e funcional ao longo de sua vida útil. Ademais, é preciso considerar a natureza própria de cada tipo de obra, uma vez que, conforme analisado anteriormente, vocabulários tendem a ser mais flexíveis e atualizados com maior frequência, enquanto dicionários geralmente buscam estabilidade estrutural e abrangência duradoura.

No caso deste trabalho, essas definições orientam a organização do vocabulário proposto, cuja macroestrutura temática e microestrutura simplificada foram planejadas em função do público-alvo e dos objetivos de acessibilidade lexical.

3.6.1.2 Consulente

Na elaboração de um vocabulário ou de um dicionário, a figura do consulente ocupa um papel central, pois é o usuário final da obra, que a consulta em busca de informações sobre palavras, expressões ou usos linguísticos específicos (Biderman, 1984). A definição do perfil do consulente é uma etapa fundamental do projeto lexicográfico, pois influencia diretamente o nível de especialização do conteúdo, o tipo de informação fornecida e a forma de apresentação dos dados. Um dicionário só cumprirá adequadamente sua função se estiver alinhado às necessidades e expectativas de seu público-alvo.

Por exemplo, um dicionário geral da língua difere substancialmente de um dicionário técnico ou bilíngue, justamente por se destinarem a consulentes com diferentes níveis de conhecimento, interesses e propósitos. A seleção do perfil do consulente envolve a identificação dos principais usuários da obra e a compreensão de suas demandas específicas. Hartmann e James (1998) ressaltam que uma análise criteriosa do público-alvo deve preceder a produção da obra, considerando variáveis como faixa etária, nível de escolaridade, grau de domínio da língua e objetivo da consulta (acadêmico, técnico, pedagógico etc.).

Um vocabulário voltado a falantes de uma língua indígena, por exemplo, deve ser planejado de forma acessível tanto para os próprios falantes nativos quanto para linguistas e pesquisadores, o que implica variações no nível de detalhamento das definições, nas explicações gramaticais e na forma de organização das entradas. Já um dicionário técnico, voltado a especialistas de um campo específico, exigirá maior precisão terminológica, com foco em usos convencionais e definições ajustadas ao domínio em questão.

Nesse sentido, Jackson distingue os diferentes tipos de dicionários especializados:

Os dicionários especializados em informação incluem aqueles dedicados à ortografia, pronúncia, etimologia, nomes (de lugares ou pessoas) e registros ou áreas específicas (por exemplo, gírias, botânica, informática, medicina). Os dicionários especializados para usuários específicos incluem dicionários para crianças, estrangeiros em processo de aprendizagem e entusiastas de palavras cruzadas, quebra-cabeças de palavras e jogos (Jackson, 2013, p. 165, tradução nossa).⁷

Além disso, como observam Atkins e Rundell (2008), o perfil do consulente também influencia decisões práticas na elaboração da obra, como o estilo de redação, o *layout* gráfico, o grau de detalhamento das definições e a organização interna dos verbetes. Um dicionário voltado ao público escolar, por exemplo, deve utilizar linguagem clara e acessível, com definições diretas e exemplos simples. Em contrapartida, um público acadêmico ou técnico demanda um grau maior de precisão conceitual, terminologia especializada e uma estrutura mais densa.

No caso deste trabalho, o consulente prioritário corresponde aos falantes e aprendizes da variante kaingang da Terra Indígena Apucaraniinha, o que orienta a adoção de definições acessíveis, organização temática e foco na funcionalidade pedagógica do vocabulário proposto.

3.6.2 Microestrutura

Assim como a macroestrutura, a microestrutura desempenha papel essencial na efetividade da obra lexicográfica em relação ao seu público-alvo, pois diz respeito às informações apresentadas em cada entrada ou verbete. Trata-se, portanto, do conjunto de dados lexicais, gramaticais, semânticos e pragmáticos que sucedem o lema (ou entrada principal) e orientam o consulente na compreensão e no uso da unidade lexical. Miranda e Borba (2019), ao conceituá-la, destacam:

A microestrutura corresponde à “estrutura de ordenação formada de classes de itens que têm a mesma função [...] uma maneira (preferencialmente hierárquica) de mostrar como as várias categorias de informação são dispostas dentro das entradas” (HARTMANN, 2002, p. 64); em outras palavras, refere-se ao conjunto total das informações linearmente ordenadas que sucedem o lema (Hartmann, 2002 *apud* Miranda e Borba, 2019, p. 137).

⁷ Citação traduzida do inglês: Specialist information dictionaries would include those concerned with spelling, pronunciation, etymology, names (of places or people) and special registers or fields (e.g. slang, botany, computing, medicine). Specialist user dictionaries would include dictionaries for children, foreign learners and crossword or word puzzle and games enthusiasts (Jackson, 2013, p. 165).

Essa concepção é igualmente reforçada por Welker (2004), que compreende a microestrutura como o conjunto de informações que compõem o interior de cada verbete. Ao longo de sua obra, o autor analisa exemplos reais de dicionários e destaca como essas informações — formas alternativas, categorias gramaticais, definições, marcações de uso e exemplos — podem ser organizadas de maneira coerente e funcional, variando conforme o tipo de dicionário e o público a que se destina.

De acordo com Hausmann e Wiegand (1989 *apud* Miranda e Borba, 2019), essa etapa da elaboração de um dicionário ou de um vocabulário organiza-se a partir de dois segmentos fundamentais: comentário de forma e comentário semântico, que, respectivamente, se referem às informações ortográficas, morfológicas, fonológicas e sintáticas, e às informações semânticas, pragmáticas, paradigmáticas e aos exemplos com foco semântico.

No presente trabalho, a microestrutura foi planejada de modo a privilegiar a clareza das definições e a funcionalidade para o consulente, com seleção controlada de informações gramaticais e exemplos que favoreçam o uso efetivo do vocabulário na variante kaingang da Terra Indígena Apucarânia.

3.7 A LEXICOGRAFIA E OS POVOS ORIGINÁRIOS

A Lexicografia, entendida tradicionalmente como o campo dedicado à elaboração e ao estudo de dicionários, adquire especificidades fundamentais quando situada no contexto de povos originários. Seki (2012, p. 14), em seu texto *Discutindo dicionários bilíngues: o caso Kamaiurá*, afirma

De início é conveniente esclarecer, ainda que de modo breve, alguns pressupostos por nós adotados na pesquisa de línguas indígenas, visto que a natureza dos mesmos orienta a seleção do quadro teórico em que o pesquisador se fundamenta e as decisões relativas aos objetivos, à forma de desenvolvimento do trabalho e de apresentação dos resultados. Trata-se de uma pesquisa abrangente, conduzida em abordagem que considera a língua não como um objeto abstrato, mas como inserida em seu contexto histórico e sociocultural.

Nesses contextos, a produção lexicográfica não se limita à descrição vocabular ou à organização de equivalências entre línguas, mas envolve dimensões culturais, históricas e epistemológicas que atravessam diretamente a relação entre língua, memória e conhecimento. O dicionário, nesse horizonte, pode ser concebido como espaço de mediação entre sistemas linguísticos e formas distintas de organização do mundo.

Um elemento central nesse debate é a oralidade. Na maioria das comunidades indígenas, a transmissão do conhecimento ocorre historicamente por meio de narrativas, cantos, fórmulas discursivas e práticas situadas, nas quais a língua se realiza prioritariamente como performance social e cultural. Assim, o trabalho lexicográfico voltado às línguas indígenas enfrenta desafios metodológicos particulares, sobretudo porque tais línguas, frequentemente, não contam com tradição escrita consolidada nem com grandes *corpora* documentais disponíveis. Como destacam Fargetti e Mondini (2021), a documentação linguística e lexical das línguas indígenas brasileiras permanece limitada, o que reforça a urgência de iniciativas lexicográficas comprometidas com a preservação e com a educação intercultural.

Nessa perspectiva, a elaboração de dicionários indígenas deve ser compreendida também como uma forma de salvaguarda cultural. Fargetti e Mondini ressaltam que a produção de vocabulários e dicionários se justifica pelo direito à língua, pela defesa da identidade étnica e territorial e pela constituição de projetos de educação bilíngue intercultural (Fargetti; Mondini, 2021). Dessa maneira, o dicionário ultrapassa sua função instrumental e torna-se parte de um arquivo de memória linguística e cultural.

A relação entre oralidade e registro lexicográfico aparece inclusive no âmbito das políticas públicas educacionais. Fargetti e Mondini (2021) observam que documentos normativos brasileiros reconhecem a necessidade de materiais didáticos específicos, elaborados em consonância com a tradição oral dos povos indígenas. O decreto dos Territórios Etnoeducacionais (TEEs) (BRASIL, 2009a *apud* Fargetti; Mondini, 2021), disponível integralmente no Anexo A, estabelece que a produção de materiais deve considerar os conhecimentos tradicionais e a oralidade como meio central de transmissão cultural (Fargetti; Mondini, 2021).

Essa dimensão arquivística do dicionário indígena exige reconhecer que o léxico não se apresenta apenas como uma lista de palavras, mas como forma de inscrição de saberes situados. Nesse contexto, a Lexicografia pode operar como uma mediação epistemológica, pois os verbetes podem incorporar informações culturais, enciclopédicas e pragmáticas que não se reduzem à equivalência lexical. Um exemplo expressivo é apresentado por Fargetti e Mondini ao discutirem a proposta da Terminologia Etnográfica, que busca evitar decalques culturais impostos pelo pesquisador e valorizar o conhecimento autêntico produzido pela comunidade falante.

As autoras destacam que a pesquisa lexical deve partir do desconhecimento metodológico próprio da etnografia, realizando perguntas abertas e evitando induções externas, pois a imposição de conceitos prévios pode gerar registros artificiais e distorcidos. Nesse sentido, afirmam:

Não podemos ter a universalidade da Ciência, mas ciências distintas, de acordo com saberes específicos de povos diferentes. O universal se dá na diversidade, que deve ser respeitada, em suas manifestações, e compreendida, nos estudos envolvendo léxico, inclusive (Fargetti; Mondini, 2021, p. 36).

Essa perspectiva reforça que a elaboração de obras lexicográficas para línguas indígenas não deve partir de conceitos prévios impostos pelo pesquisador, pois isso pode gerar decalques externos em vez de registrar saberes próprios da comunidade. Para Fargetti e Mondini (2021), esse trabalho exige metodologia específica, articulada à etnografia, capaz de reconhecer conhecimentos próprios de cada povo e de considerar a tradição oral e as particularidades linguísticas e culturais da comunidade na coleta e descrição do léxico.

Fargetti e Mondini (2021) também demonstram que a lexicografia de línguas indígenas demanda metodologias especializadas, uma vez que o trabalho com grandes *corpora* não se aplica adequadamente a línguas ágrafas ou minoritárias. Por isso, torna-se necessária uma interface direta com a etnografia e com o saber especializado indígena, em diálogo entre a ciência do pesquisador e a ciência do especialista comunitário (Fargetti; Mondini, 2021).

Um exemplo concreto dessa abordagem aparece na análise de verbetes terminológicos desenvolvidos por Mondini (2014), nos quais entradas relativas à culinária juruna são acompanhadas de informações enciclopédicas detalhadas, modos de preparo, imagens e remissivas, configurando um modelo de verbete que funciona como arquivo cultural e linguístico. Trata-se, portanto, de uma lexicografia que preserva não apenas palavras, mas práticas e saberes tradicionais, demonstrando como o dicionário pode atuar como instrumento de documentação e mediação intercultural.

Dessa forma, ao abordar a Lexicografia em relação aos povos originários, torna-se fundamental compreendê-la como prática situada, atravessada pela oralidade e pela necessidade de construir arquivos que respeitem modos indígenas de significação. O dicionário, nesse horizonte, configura-se como instrumento linguístico e cultural, voltado não apenas ao registro lexical, mas também à preservação epistemológica e à continuidade dos conhecimentos tradicionais.

No caso deste trabalho, essa perspectiva orienta a elaboração do vocabulário kaingang-português, concebido não apenas como instrumento linguístico, mas como registro de saberes

culturalmente situados, em consonância com a tradição oral e com as demandas da comunidade da Terra Indígena Apucarantina.

4 METODOLOGIA

O conhecimento científico, segundo Alexandre (2014, p. 50), distingue-se de outras formas de saber por adotar “a criticidade e a intersubjetividade como ideais regulatórios da atividade científica”, ou seja, por integrar pensamento crítico, métodos sistemáticos e embasamento teórico a saberes oriundos da cultura, da religião e da experiência cotidiana. Nessa perspectiva, torna-se indispensável reconhecer o valor do conhecimento tradicional, que, conforme o autor,

[...] é responsável por alimentar o senso comum e a religião. Em geral, distingue-se o conhecimento tradicional como uma modalidade de conhecimento que vem dos antepassados e que só tem força em razão do hábito irrefletido. A literatura antropológica e ecológica aponta o conhecimento tradicional como um saber especializado sobre a lógica de funcionamento da natureza que é comum aos indígenas, quilombolas e populações extrativistas (Alexandre, 2014, p. 53)

Considerando esse entendimento, a presente dissertação adota uma metodologia que combina diferentes formas de conhecimento: acadêmico-científico, empírico e tradicional. Essa abordagem é particularmente adequada à proposta de construção de um vocabulário bilíngue kaingang–português que reflita a realidade linguística e cultural da TI Apucarantina.

Os campos semânticos de comida, animais e corpo humano foram selecionados por sua alta recorrência no uso cotidiano da língua kaingang e por sua relevância no processo de ensino e aprendizagem da língua materna nas escolas da Terra Indígena Apucarantina. Esses domínios aparecem com frequência em materiais pedagógicos já utilizados pela comunidade, como cartilhas de alfabetização, atividades escolares e práticas de letramento bilíngue, além de estarem fortemente presentes nas interações orais e na transmissão intergeracional de conhecimentos. Trata-se de áreas lexicais diretamente relacionadas à vida cotidiana, à organização cultural e à cosmologia kaingang, envolvendo saberes sobre alimentação, território, fauna e percepção do corpo, o que reforça sua importância não apenas linguística, mas também identitária. Além disso, durante as entrevistas e nas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto GraBiM, observou-se a recorrência desses vocábulos como parte relevante do repertório lexical mobilizado pelos falantes, o que justificou sua escolha como ponto de partida para a elaboração do vocabulário bilíngue proposto nesta dissertação.

A metodologia utilizada envolve pesquisa bibliográfica, etnográfica e análise de *corpus*. Foram examinados dados já publicados em trabalhos anteriores que tratam da língua kaingang dessa região, bem como foram realizados levantamentos inéditos por meio de entrevistas com

falantes da língua kaingang residentes tanto na TI Apucarânia quanto na Universidade Estadual de Londrina (UEL), onde há presença significativa de estudantes indígenas.

Uma busca detalhada no *Catálogo de Teses e Dissertações* da CAPES⁸, utilizando filtros e palavras-chave específicas, revelou que não há, até o momento, trabalhos publicados que tenham como objetivo descrever o léxico da língua kaingang da TI Apucarânia organizado por campos semânticos. Embora existam inúmeras pesquisas voltadas à cultura kaingang – tanto da TI Apucarânia quanto de outras regiões –, nenhuma das obras consultadas propõe essa organização lexicográfica com fins bilíngues e pedagógicos. A relevância e a originalidade deste trabalho, portanto, tornam-se evidentes, uma vez que poderá servir de base para futuros estudos sobre a etnia kaingang, além de contribuir para o ensino e a aprendizagem da língua por falantes nativos e por interessados externos.

A originalidade desta dissertação não reside apenas na elaboração de um vocabulário bilíngue kaingang-português, mas sobretudo no recorte específico da variante falada na Terra Indígena Apucarânia e na proposta de construção de um material lexicográfico com finalidade pedagógica e comunitária. Diferentemente de obras anteriores, muitas vezes de difícil acesso ou pouco adaptadas às necessidades locais, este trabalho articula registro lexical, suporte em áudio e disponibilização em plataforma digital, ampliando as possibilidades de consulta e uso efetivo por falantes, professores, estudantes e pesquisadores. A inclusão de áudios permite contemplar a dimensão fonética da língua, aspecto fundamental em contextos de forte tradição oral, enquanto o formato digital favorece a atualização contínua do vocabulário e sua circulação dentro e fora da comunidade. Além disso, o trabalho busca garantir retorno direto à Terra Indígena Apucarânia, oferecendo um instrumento de fortalecimento linguístico e cultural que ultrapassa o âmbito estritamente acadêmico e se insere nas práticas de ensino bilíngue e valorização identitária da comunidade kaingang.

A pesquisa bibliográfica se fundamentou nas teorias da Lexicografia (Welker, 2005; Zgusta, 1971; Wiegand, 1984; Jackson, 2002; entre outros abordados no presente trabalho), da análise por campos semânticos (Hatch; Brown, 1995; Biderman, 1984, 1996; Spitzer 1952; Azavedo, 2010; Fargetti e Mondini, 2021), e inclui também a avaliação crítica de dicionários já publicados sobre a língua kaingang. A partir dessas bases teóricas e metodológicas, consolidou-se a elaboração de um vocabulário bilíngue representativo da variante falada na T.I. Apucarânia, articulando descrição lexical, validação comunitária e finalidade pedagógica.

⁸ Plataforma para consulta de monografias e dissertações publicadas e disponibilizadas pela Capes, junto à plataforma Sucupira. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 16 maio 2023.

4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Esta dissertação adota uma abordagem metodológica mista, combinando procedimentos qualitativos e quantitativos, com o objetivo de catalogar e classificar vocábulos da língua kaingang, respeitando as particularidades da variante falada na Terra Indígena Apucarantina.

De acordo com Gil,

Nas pesquisas quantitativas, as categorias são frequentemente estabelecidas *a priori*, o que simplifica sobremaneira o trabalho analítico. Já nas pesquisas qualitativas, o conjunto inicial de categorias em geral é reexaminado e modificado sucessivamente, com vista em obter ideais mais abrangentes e significativos. Por outro lado, nessas pesquisas os dados costumam ser organizados em tabelas, enquanto, nas pesquisas qualitativas, necessita-se valer de textos narrativos, matrizes, esquemas etc. (Gil, 2002, p. 134).

Essa distinção reforça a adequação da abordagem híbrida para o presente estudo, que requer tanto a organização estruturada de vocabulário em campos semânticos (característica da vertente quantitativa), quanto a interpretação contextual e cultural dos dados (aspecto central da vertente qualitativa).

No caso das línguas indígenas, é comum que certos vocábulos não estejam documentados em fontes escritas ou sistematizadas. Nessas situações, foi necessário recorrer à técnica de elicitación, definida por Payne (1997, p. 366) como “*elicitación* (ou *dados eliciados*)”⁹. Nesse contexto, a elicitación foi utilizada com finalidade restrita e controlada, apenas para construir definições provisórias ou exemplificações de uso, quando houver lacunas documentais ou ausência de registros espontâneos.

Para a aplicação dessa abordagem, foram utilizados dados já coletados anteriormente na TI Apucarantina, por meio do projeto GraBiM, do qual a autora faz parte, bem como em dados publicados em dissertações, monografias e outras obras que tratam do vocabulário kaingang e oferecem traduções de palavras ou sentenças. Complementarmente, foram realizadas entrevistas com falantes nativos, moradores da TI Apucarantina, a fim de aprofundar o conhecimento sobre o léxico da variante local.

Conforme defende Bortoni-Ricardo (2008), a coleta de dados deve ser conduzida de forma deliberada e reflexiva:

⁹ Tradução livre para: “*elicitation*” (or “*elicited data*”) refers to samples of language that accomplish hypothetical communicative tasks (Payne, 1997, p. 366).

A coleta de dados não deve ser apenas um processo intuitivo, que consistiria simplesmente em fazer observações em determinado ambiente e tomar notas. Ela deve ser um processo deliberado, no qual o pesquisador tem de estar consciente das molduras de interpretação daqueles a quem observa e de suas próprias molduras de interpretação, que são culturalmente incorporadas e que ele traz consigo para o local da pesquisa (Bortoni-Ricardo, 2008, p. 58).

Essa perspectiva, associada à valorização do saber tradicional (Alexandre, 2014), reafirma a importância de uma metodologia sensível aos aspectos culturais e sociais da comunidade investigada. A convivência direta com os falantes, assim como a compreensão da cosmologia Kaingang, torna-se indispensável para acessar o conteúdo semântico e simbólico que permeia o uso da língua.

Dessa forma, a análise dos dados – orientada pelas teorias lexicográficas e semânticas anteriormente apresentadas – visa ao desenvolvimento de um vocabulário bilíngue que reflita fielmente a realidade linguística da TI Apucarânia. A integração entre os dados empíricos, o contexto sociocultural e o conhecimento prévio sobre a estrutura da língua permitem que a elicitación atue como ferramenta complementar, útil para preencher eventuais lacunas nas informações coletadas.

4.1.1 Constituição do *corpus*

O *corpus* desta dissertação é composto por materiais linguísticos e pedagógicos relacionados à variante kaingang falada na Terra Indígena Apucarânia. Foram utilizados dados provenientes de materiais bibliográficos já publicados sobre a língua kaingang, registros e atividades desenvolvidos no âmbito do projeto “Gramática, Bilinguismo e Multietnia” (GraBiM), vocábulos identificados em aulas de língua kaingang, entrevistas semiestruturadas realizadas com falantes nativos da comunidade e materiais pedagógicos utilizados localmente, especialmente aqueles voltados ao ensino e à alfabetização bilíngue. Também integram o *corpus* os áudios gravados para compor as entradas lexicais do vocabulário digital.

Participaram diretamente da validação lexical a Prof.^a M.^a Damaris Kanĩnsãnh Felisbino e o Prof. Manoel Norég-Mág Felisbino, ambos falantes nativos da variante da TI Apucarânia, pesquisadores da língua kaingang e membros ativos do projeto GraBiM. Além deles, outros falantes da comunidade contribuíram em momentos específicos de confirmação lexical e uso contextual dos vocábulos. A escolha desses participantes justifica-se por sua atuação no ensino bilíngue, pela experiência com tradução e produção de materiais pedagógicos e pelo reconhecimento comunitário como referências no uso da língua.

As entrevistas e atividades de levantamento lexical foram realizadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa, entre 2024 e 2025, em encontros presenciais e em situações de uso cotidiano da língua, com foco na identificação de vocábulos efetivamente utilizados na comunidade. O corpus inicial foi constituído por unidades lexicais obtidas por meio desse levantamento bibliográfico e oral, posteriormente submetidas a processo de triagem e validação.

Do ponto de vista metodológico, o corpus foi organizado a partir de um núcleo principal e de fontes complementares. O núcleo principal é constituído pelos dados diretamente relacionados à variante da TI Apucaraninha, especialmente os vocábulos validados por falantes nativos e os registros obtidos em contexto de uso e de ensino da língua. As fontes complementares incluem dissertações, monografias, cartilhas, dicionários e outros estudos já publicados, utilizados com finalidade comparativa e de apoio à sistematização lexicográfica.

Esse recorte permitiu concentrar a análise em unidades lexicais efetivamente vinculadas à realidade linguística e cultural da comunidade, com especial atenção aos campos semânticos comida, animais e corpo humano, selecionados por sua alta recorrência no uso cotidiano, pela frequência em materiais pedagógicos e por sua relevância nas práticas de transmissão intergeracional do conhecimento.

4.1.2 Procedimentos de análise lexical

A organização e a análise dos dados lexicais seguiram etapas sucessivas de levantamento, seleção, validação e sistematização. Inicialmente, foram reunidos vocábulos provenientes de materiais bibliográficos, cartilhas de alfabetização, aulas de língua kaingang, entrevistas semiestruturadas com falantes nativos e registros produzidos no âmbito do projeto GraBiM. O levantamento priorizou palavras de uso corrente na comunidade e com maior potencial de aplicação pedagógica no contexto do ensino bilíngue.

Após essa etapa inicial, os itens passaram por um processo de triagem, com eliminação de duplicidades, verificação de variações formais e exclusão de formas não pertencentes à variante da Terra Indígena Apucaraninha, de registros pouco produtivos e de vocábulos sem validação consensual entre os falantes consultados. Também foram desconsideradas formas excessivamente marcadas por variantes externas ou por usos não recorrentes no cotidiano linguístico da comunidade.

Posteriormente, os vocábulos selecionados foram agrupados nos campos semânticos de comida, animais e corpo humano, definidos com base em sua recorrência no uso cotidiano, em

sua presença nos materiais pedagógicos locais e em sua relevância cultural e escolar. Essa organização buscou favorecer tanto a sistematização lexicográfica quanto a futura utilização prática do vocabulário como instrumento de consulta e apoio didático.

A validação final foi realizada junto a falantes nativos, especialmente com o apoio da Prof.^a M.^a Damaris Kanĩnsãnh Felisbino e do Prof. Manoel Norég-Mág Felisbino, assegurando maior precisão linguística e adequação cultural das entradas. A partir dessa validação, foram elaboradas as fichas lexicográficas, com registro da forma lexical, equivalência em português, informações complementares de uso, transcrição fonética e gravação de áudio para inserção na plataforma digital do vocabulário.

Esse procedimento permitiu que o material final refletisse não apenas a organização sistemática do léxico, mas também os usos reais da língua na comunidade, respeitando a tradição oral e as especificidades da variante kaingang da Terra Indígena Apucaraniha.

Destaca-se que os procedimentos de coleta e análise foram orientados por critérios de consistência metodológica e de validação comunitária, assegurando maior confiabilidade, representatividade e pertinência cultural aos dados linguísticos registrados.

4.1.3 Oralidade e memória na preservação da língua Kaingang

A oralidade é uma das marcas fundamentais das culturas dos povos originários e constitui a base da transmissão de saberes, histórias, valores e práticas culturais de geração em geração. Conforme discutem Silveira, Guerra e Santos (2020), a oralidade, amplamente predominante no uso das línguas indígenas, está diretamente ligada à dinamicidade da vida social desses povos, funcionando como uma força estruturante das próprias línguas e da memória coletiva.

No caso do povo kaingang, a palavra falada representa não apenas um modo de expressão, mas também o alicerce por meio do qual sua cosmovisão e sua memória coletiva são preservadas. A transmissão de saberes entre os Kaingang ocorre fundamentalmente por meio da escuta, da convivência e da experiência prática, em contraste com a lógica ocidental centrada em suportes escritos.

Essa característica é reforçada por estudos como o de Gutjahr (2008), que compreende a oralidade indígena como uma forma de memória em ação, marcada pela performance e pela reciprocidade, na qual o conhecimento se transmite em situações reais de fala e em relação direta com o outro. A autora argumenta que os registros orais indígenas não podem ser tratados

como documentos fixos, uma vez que se constituem como práticas dinâmicas e situadas na experiência coletiva.

A estrutura da língua Kaingang expressa elementos fundamentais da cosmologia e da vida social, como as marcas de pertencimento relacionadas às metades clânicas *Kamê* e *Kanhru*, o que reforça a íntima ligação entre língua, território e identidade. O trabalho do pesquisador kaingang Onorio Isaias de Moura – que analisa em sua tese essa cosmologia como o “princípio da educação Kaingang enquanto oposição e complementaridade, que constitui o amor incondicional para uma recriação da vida” (2025, p. 8) – reflete essas características em seu texto, como no trecho:

Segundo a narrativa ancestral de origem Kaingang, quando o Kanhru e o Kamé criaram este mundo, o dia e a noite, o sol e a lua se tornaram opostos complementares para possibilitar uma reciprocidade entre todos e com todos. (Moura, 2025, p. 98)

Segundo Silveira, Oliveira e Rodrigues (2022, p. 268), “a língua é permeada por marcas das metades, que atravessam o léxico, a morfossintaxe e o uso, dando forma a uma gramática viva, relacional e cosmológica”.

Apesar dessa riqueza oral, a sistematização escrita da língua Kaingang é recente, com registros mais formais que surgiram apenas nas últimas décadas do século XX, impulsionados por ações missionárias e linguísticas. Até então, todo o conhecimento linguístico era transmitido exclusivamente de forma oral, o que reforça a urgência da documentação de registros orais contemporâneos, especialmente em contextos educacionais e digitais.

A tradição oral Kaingang permanece viva nas narrativas míticas, nos provérbios, nos contos e nas práticas cotidianas. Conforme apontam Silveira, Oliveira e Rodrigues (2022, p. 273), “a língua falada é o lugar privilegiado da experiência kaingang, sendo a oralidade o campo principal de circulação do saber linguístico”.

Nesse sentido, o uso de áudios ao longo deste trabalho — sobretudo no *site* desenvolvido como produto da dissertação — constitui uma escolha metodológica alinhada aos valores culturais Kaingang. Os registros sonoros não apenas documentam a pronúncia correta das palavras, mas também tornam o vocabulário acessível a falantes que ainda não dominam a escrita padronizada da língua. Muitos membros da comunidade, especialmente os mais velhos, são fluentes na oralidade, mas não alfabetizados em Kaingang, o que reforça a necessidade de materiais multimodais (Silveira; Oliveira; Rodrigues, 2022, p. 272).

Dados do Censo Demográfico 2022 indicam que, embora as regiões Sul e Sudeste apresentem algumas das maiores taxas de alfabetização entre os indígenas (aproximadamente

entre 88% e 95%), os índices de analfabetismo dentro das Terras Indígenas ainda são significativamente elevados. No Acre e em Roraima, por exemplo, a taxa dentro das Terras varia entre 76% e 79% (IBGE, 2024). Esse dado evidencia a importância de ferramentas digitais que respeitem a tradição oral e contemplem a diversidade de perfis linguísticos. Assim, a integração de mídias sonoras ao vocabulário digital não constitui apenas um recurso técnico, mas sim um gesto de escuta, inclusão e valorização da língua viva. Além de promover o ensino e a aprendizagem, essa abordagem fortalece a autoestima linguística e cultural da comunidade, ampliando o acesso ao conteúdo por falantes nativos, aprendizes e pesquisadores.

Nesse sentido, a incorporação da oralidade ao produto final da dissertação não constitui apenas um recurso metodológico, mas uma escolha epistemológica alinhada às formas kaingang de produção e transmissão do conhecimento.

4.2 PERCURSO ÉTICO DO TRABALHO

A pesquisa envolvendo a língua kaingang falada na T. I Apucarânia exige um compromisso ético rigoroso, sobretudo por tratar-se de comunidades indígenas e da documentação de aspectos linguísticos e culturais sensíveis. Nesse sentido, o estudo foi conduzido em conformidade com as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e com os preceitos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regula pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais (Anexo B). Além disso, a investigação integra o projeto “Gramática, Bilinguismo e Multietnia” (GraBiM), coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo Silveira, que já conta com aprovação ética institucional para a realização de suas atividades. O parecer consubstanciado de aprovação emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina encontra-se apresentado no Anexo C desta dissertação.

Dois colaboradores foram especialmente relevantes para esta dissertação: a Prof.^a M.^a Damaris Kanĩnsãnh Felisbino e o Prof. Manoel Norég-Mág Felisbino, ambos membros ativos do projeto GraBiM e profundamente comprometidos com a valorização e o ensino da língua kaingang. Damaris é diretora do Colégio Estadual Indígena Benedito Rokag, localizado na TI Apucarânia, e possui experiência consolidada na tradução para a língua kaingang, tendo participado de projetos como a adaptação do livro *Brilhos na Floresta*, traduzido para diversos idiomas (Zanardi, 2001). Manoel, por sua vez, é autor da cartilha de alfabetização kaingang que orienta os trabalhos atuais da comunidade e tem atuação destacada na tradução de materiais para uso pedagógico. Por serem falantes nativos, pesquisadores da língua e membros

respeitados da comunidade, suas contribuições foram essenciais para a precisão linguística, a autenticidade cultural e a legitimação comunitária dos dados coletados.

A pesquisa foi desenvolvida com o devido consentimento dos participantes, mediante explicação clara dos objetivos, das etapas e da forma de uso dos materiais produzidos, respeitando o princípio da autodeterminação dos povos indígenas. A transparência em todas as etapas assegurou o alinhamento ético da pesquisa, em consonância com os direitos coletivos da comunidade.

Além disso, o trabalho baseou-se no princípio da reciprocidade, garantindo que seus resultados retornem à comunidade na forma de benefício direto. A disponibilização do vocabulário em formato digital, acessível a professores, estudantes e pesquisadores, amplia as possibilidades de circulação e uso social desse conhecimento, ao oferecer um material de consulta que pode apoiar práticas pedagógicas, fortalecer o ensino bilíngue nas escolas da T.I. Apucarânia e favorecer a transmissão intergeracional da língua kaingang. Desse modo, para além do cumprimento dos requisitos formais da ética em pesquisa, este estudo se alinha aos interesses e prioridades da comunidade, respeitando sua autonomia e contribuindo de modo efetivo para a valorização, a documentação e a continuidade de seu patrimônio linguístico e cultural.

A coleta dos áudios utilizados no *site* e nas fichas lexicográficas foi realizada em estreita colaboração com a Prof.^a M.^a Damaris Kanĩnsãnh Felisbino, figura de referência na TI Apucarânia tanto por sua formação acadêmica – mestra em Estudos da Linguagem pela UEL – quanto por sua atuação como educadora, gestora escolar e liderança comunitária. Damaris, que já participou de diversas pesquisas vinculadas ao projeto GraBiM e a outras iniciativas voltadas à língua kaingang, desempenhou papel ativo na revisão dos vocábulos levantados em materiais bibliográficos, em aulas e entrevistas. Foi também responsável pelas gravações dos áudios das entradas lexicais e ofereceu subsídios para a transcrição fonética dos verbetes.

Sua participação assegurou a fidelidade linguística e cultural do material e conferiu legitimidade social ao vocabulário elaborado, reforçando o compromisso da pesquisa com os usos reais da língua, conforme praticados no cotidiano da comunidade.

Ressalta-se que todas as etapas da pesquisa foram conduzidas com respeito às práticas, aos valores e às formas de organização da comunidade kaingang, buscando evitar qualquer forma de apropriação indevida do conhecimento e assegurando o reconhecimento dos sujeitos envolvidos como coautores dos saberes mobilizados.

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 A ESCOLHA DO NOME “VOCABULÁRIO”

A opção pela denominação *vocabulário*, e não *dicionário*, decorre da própria natureza e dos limites desta pesquisa. O presente trabalho não pretende realizar um levantamento exaustivo do léxico da língua kaingang, mas organizar um recorte específico da variante falada na Terra Indígena Apucarânia, concentrado em três campos semânticos: comida, animais e corpo humano. Trata-se, portanto, de uma proposta temática, delimitada e pedagógica, voltada ao registro lexical e ao apoio ao ensino bilíngue local.

Diferentemente de um dicionário, que pressupõe maior abrangência lexical e pretensão de sistematização ampla da língua, o vocabulário aqui elaborado concentra-se em unidades lexicais de uso recorrente e culturalmente relevantes para a comunidade, especialmente aquelas vinculadas ao cotidiano, à alimentação, à fauna e ao corpo humano. Essa delimitação permite maior precisão descritiva e maior adequação às necessidades concretas dos falantes e dos contextos escolares bilíngues da Terra Indígena Apucarânia.

A organização por campos semânticos favorece uma estrutura funcional e flexível, permitindo a sistematização prática do léxico e sua constante atualização, com a possibilidade de inclusão de novas unidades lexicais e revisão de formas em desuso. Além disso, essa estrutura respeita a tradição oral da língua kaingang e fortalece a relação entre língua, cultura e território, valorizando os modos próprios da comunidade de nomear, classificar e transmitir conhecimentos.

Embora a proposta inclua fichas lexicográficas, organização macroestrutural, microestrutura, registros em áudio, transcrição fonética e disponibilização em plataforma digital, tais recursos não transformam automaticamente o trabalho em um dicionário, uma vez que permanece ausente o princípio da cobertura ampla e sistemática de todo o léxico da língua. O vocabulário aqui elaborado constitui uma etapa inicial de sistematização lexical e poderá futuramente subsidiar a construção de um dicionário bilíngue mais abrangente.

Dessa forma, o termo *vocabulário* mostra-se mais adequado por expressar uma proposta de registro lexical delimitado, situado e pedagogicamente orientado, coerente com os objetivos desta dissertação e com as demandas linguísticas e educacionais da comunidade kaingang de Apucarânia.

5.2 MACROESTRUTURA E MICROESTRUTURA

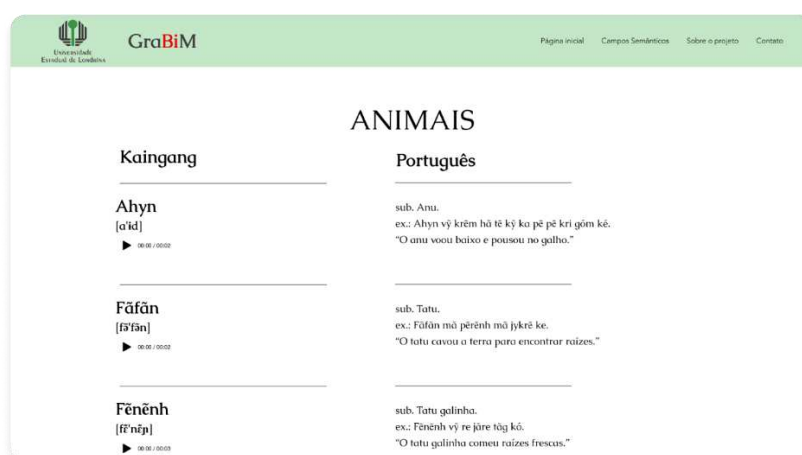
Após a realização das análises teóricas e práticas, definiu-se que a macroestrutura do vocabulário seria organizada de maneira simples, acessível e funcional, considerando seu objetivo principal: oferecer consultas rápidas, voltadas à identificação e compreensão de palavras isoladas da língua kaingang. Com esse propósito e visando maior acessibilidade ao público-alvo, o vocabulário foi disponibilizado em formato digital, por meio de uma página *online*¹⁰, construída na plataforma *Wix*¹¹.

O *site* contém os seguintes elementos:

- uma breve introdução à Terra Indígena Apucarantina (PR);
- a contextualização do conceito de campos semânticos;
- a apresentação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UEL, com *link* para o *site* oficial;
- uma seção dedicada à descrição do projeto;
- e uma caixa de mensagens para contato, destinada ao envio de dúvidas, sugestões ou contribuições por parte dos usuários.

No que se refere à microestrutura, considerando que se trata de um vocabulário com fins consultivos e pedagógicos – voltado tanto a falantes da língua quanto a estudantes iniciantes –, optou-se por uma estrutura simples e funcional, que facilite a busca e a compreensão das entradas lexicais. A descrição dessa microestrutura é apresentada a seguir:

Figura 3 – Microestrutura do vocabulário



Fonte: <https://vocabulariokaingang.wixstudio.io/kaingang>

¹⁰ Disponível em: <https://vocabulariokaingang.wixstudio.io/kaingang>.

¹¹ Disponível em: <http://pt.wix.com>.

As entradas lexicais do vocabulário foram organizadas segundo a seguinte estrutura: lema em kaingang (em destaque), seguido pela divisão silábica e pela transcrição fonética; em seguida, apresenta-se a classificação morfológica do lema (como “sub.”, para substantivo), a equivalência em língua portuguesa, um exemplo de uso em kaingang (identificado como “ex.”), e, logo abaixo, sua tradução para o português.

Considerando que o principal objetivo do vocabulário é fornecer respostas a consultas simples e rápidas, voltadas à resolução de dúvidas pontuais sobre a língua – especialmente no que se refere à grafia correta de palavras dentro de campos semânticos específicos –, a página foi concebida com foco na usabilidade e objetividade. O público-alvo contempla tanto falantes da língua kaingang quanto estudantes e pesquisadores que necessitam confirmar a grafia de um vocábulo ou desejam utilizar o material em projetos de ensino, extensão e pesquisa sobre línguas indígenas.

Nesse sentido, é importante destacar que obras lexicográficas voltadas a contextos de aprendizagem podem desempenhar um papel pedagógico fundamental, funcionando como instrumentos de mediação entre o conhecimento linguístico e suas práticas de uso. Conforme discutem Fargetti e Mondini (2021), dicionários com finalidade pedagógica devem considerar não apenas a organização estrutural de suas entradas, mas também necessidades específicas de seus usuários, oferecendo informações claras e acessíveis para tarefas linguísticas concretas. Assim, mesmo em sua forma inicial, a presente proposta aproxima-se de uma perspectiva de Lexicografia Pedagógica, na medida em que busca apoiar processos de ensino e aprendizagem da língua kaingang, contribuindo para a sistematização do léxico e para a ampliação dos materiais disponíveis à comunidade e aos pesquisadores. Além disso, ao incorporar exemplos de uso e traduções contextualizadas, o vocabulário ultrapassa a simples equivalência lexical, favorecendo a compreensão do significado em contexto e estimulando seu uso em práticas educativas formais e não formais.

Com esse propósito, o design do *site* prioriza a visualização dos vocábulos. Foram utilizadas imagens em preto e branco, com ilustrações coloridas restritas aos lemas, a fim de associar a palavra ao seu referente, sem sobrecarregar a interface. Essa escolha contribui para manter a atenção no conteúdo linguístico.

Essa opção estrutural reforça o caráter aplicado da proposta, alinhando-se a práticas contemporâneas de Lexicografia Pedagógica voltadas a contextos multilíngues e interculturais.

5.3 PROJETO LEXICOGRÁFICO E CONSULENTE

O Vocabulário Kaingang tem como objetivo principal sanar dúvidas de menor complexidade relacionadas à escrita e à pronúncia de palavras pertencentes aos campos semânticos de animais, alimentação e corpo humano na língua kaingang. Além de funcionar como uma plataforma de consulta rápida, o vocabulário busca também contribuir para a documentação da língua e para a preservação das línguas indígenas, com atenção às variações regionais – aspecto especialmente relevante no caso da etnia Kaingang, presente em diversos estados brasileiros.

O projeto respeita os princípios da lexicografia aplicada a comunidades linguísticas minoritárias e prevê atualização contínua, possibilitando que a base atual de vocábulos evolua futuramente para a elaboração de um dicionário bilíngue completo, que abranja o léxico da língua kaingang em sua integralidade, com maior grau de profundidade semântica, sintática e pragmática.

O vocabulário foi concebido para atender às demandas de falantes nativos da língua kaingang, aprendizes em processo de letramento bilíngue, educadores indígenas e não indígenas, pesquisadores e estudantes de lexicografia e áreas afins.

5.4 LÉXICO COLETADO E FICHAS LEXICOGRÁFICAS

A coleta de dados lexicais foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e observação participante. Parte do vocabulário foi identificada em livros produzidos por estudantes da TI Apucarânia, enquanto outra parte foi sistematizada a partir de aulas de língua kaingang, ministradas no contexto do projeto GraBiM. Essa combinação de fontes possibilitou o levantamento inicial de um conjunto significativo de lexemas com potencial para integrar o vocabulário proposto.

É importante destacar que, no caso das línguas indígenas, a predominância da oralidade representa um desafio adicional para a sistematização lexicográfica. A transmissão de saberes ocorre majoritariamente por meio da fala, da escuta e da vivência comunitária, o que exige que o processo de registro respeite tanto a dinâmica linguística quanto a cosmologia cultural da comunidade falante.

A seguir, apresenta-se um levantamento numérico dos lexemas candidatos a lema que foram identificados até o momento e que poderão compor o vocabulário futuramente:

Quadro 3 – Unidades lexicais coletadas

Campos semânticos	Quantidade de palavras encontradas
Animais	32
Comida	19
Corpo Humano	31
Total	82

Fonte: a autora.

É importante ressaltar que os dados apresentados correspondem a lexemas coletados, que se tornaram candidatos a lema e foram utilizados no vocabulário. Todas as unidades lexicais coletadas durante a pesquisa foram organizadas previamente em fichas lexicográficas (Apêndice), o que permitiu uma análise criteriosa de sua pertinência e adequação à proposta do vocabulário e ao seu formato funcional.

O modelo utilizado para a elaboração das fichas foi baseado em exemplos encontrados nos trabalhos de Miguel (2018) e Souza (2020), adaptando-se à realidade linguística da TI Apucarânia e aos objetivos específicos desta dissertação.

5.4.1 Áudios coletados

A coleta de áudios constituiu uma etapa fundamental do trabalho, assegurando a fidelidade da pronúncia dos lemas ao modo de fala praticado pela comunidade kaingang da Terra Indígena Apucarânia. Essa atividade foi realizada em parceria com a Prof.^a M.^a Damaris Kanĩnsãnh Felisbino, que gravou as pronúncias das palavras selecionadas por meio do aplicativo WhatsApp.

A seleção dos itens para gravação foi feita com base na lista final de vocábulos coletados (Quadro 3), contemplando os três campos semânticos definidos neste estudo: animais, comida e corpo humano. As gravações buscaram preservar as variações tonais e segmentais características da fala natural kaingang, respeitando o uso autêntico da língua conforme praticado pelos falantes da comunidade.

Posteriormente, os arquivos sonoros foram tratados, organizados e incorporados à plataforma digital do vocabulário (Figura 2), onde funcionam como recursos interativos. Por meio desses áudios, o consulente pode escutar a pronúncia correta de cada palavra, o que é particularmente relevante em um contexto no qual a oralidade constitui o principal meio de transmissão linguística.

Figura 4 – Áudios no *site*

Fonte: <https://vocabulariokaingang.wixstudio.io/kaingang>

A inclusão de registros sonoros também amplia o acesso ao léxico para falantes que não dominam a escrita da língua kaingang, além de valorizar a fala como patrimônio cultural e histórico da etnia. Dessa forma, a incorporação de áudios ao vocabulário digital configura-se como uma escolha metodológica coerente com os princípios desta dissertação: um gesto de escuta, respeito e reconhecimento da tradição oral como eixo estruturante da cultura kaingang.

Esse delineamento reforça o caráter aplicado e socialmente comprometido do projeto, aproximando-o de práticas contemporâneas de documentação linguística colaborativa.

5.4.1.1 Transcrições fonéticas

As transcrições fonéticas das unidades lexicais foram realizadas com base nos áudios coletados, buscando representar de forma precisa os sons da língua kaingang conforme falada na Terra Indígena Apucarânia. Essa etapa contou com a colaboração da Prof.^a Dr.^a Dirce Aparecida Kailer, docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e de sua então orientanda de doutorado Kauana Scabari dos Santos, ambas vinculadas à área de Fonética e Fonologia.

O objetivo dessa parceria foi assegurar o maior grau possível de fidedignidade entre os registros acústicos e sua representação fonética. As transcrições foram realizadas com base no Alfabeto Fonético Internacional (AFI/IPA) e incorporadas diretamente nas fichas lexicográficas e no *site*, permitindo ao consulente visualizar a forma fonética da palavra em conjunto com o respectivo áudio (Figura 2).

Esse cuidado é especialmente relevante no contexto das línguas de tradição oral, cujos registros fonológicos costumam ser sub-representados ou padronizados de forma inadequada em materiais escritos (Guerra; Silveira; Felisbino, 2022). A representação fonética precisa,

portanto, atua como uma ferramenta de valorização da diversidade sonora da língua e como recurso pedagógico e científico de grande utilidade.

A metodologia adotada levou em consideração tanto os aspectos segmentais (como consoantes, vogais e nasalizações) quanto suprasegmentais (como entonação e variação tonal), respeitando os parâmetros descritos na literatura especializada em fonética acústica e articulatória. As decisões técnicas foram sempre orientadas pelo uso real da língua entre os falantes da TI Apucaraninha.

A participação de profissionais com formação especializada em fonética experimental e documentação linguística assegurou a consistência e legitimidade científica do material fonético produzido. Como resultado, foi possível construir uma camada fonológica que complementa o vocabulário e amplia seu potencial de uso em contextos pedagógicos, acadêmicos e comunitários.

5.5 A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO *SITE*

Considerando as teorias abordadas ao longo deste trabalho, bem como a presença expressiva da internet no cotidiano e seu papel central na disseminação de informações, a criação de um *site* específico para o vocabulário kaingang mostra-se plenamente justificada. A internet se consolidou como uma ferramenta essencial de busca, ensino e divulgação de conteúdos linguísticos, contribuindo significativamente para a visibilidade, acessibilidade e preservação da língua kaingang.

Nesse contexto, a disponibilização do vocabulário em formato digital amplia seu alcance e facilita o acesso por falantes, estudantes, educadores e pesquisadores, a partir de qualquer dispositivo conectado à internet.

Em termos de estrutura, o *site* foi dividido nos seguintes tópicos principais:

- A TI Apucaraninha (PR): breve contextualização histórica e geográfica da terra indígena em foco;
- O que são campos semânticos: explicação acessível do conceito, com exemplos relacionados ao vocabulário;
- Conheça o PPGEL: apresentação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, com *link* para o *site* institucional;
- Sobre o projeto: descrição da pesquisa e dos objetivos do vocabulário;

- Contato: espaço destinado ao envio de dúvidas, sugestões ou contribuições por parte dos usuários.

Essa estrutura visa garantir facilidade de navegação e acesso direto ao conteúdo linguístico, promovendo uma experiência intuitiva e funcional. O *site* atua tanto como um instrumento de consulta quanto como um recurso de valorização cultural e de promoção do conhecimento linguístico indígena.

Figura 5 – Apresentação do *site*



Fonte: <https://vocabulariokaingang.wixstudio.io/kaingang>

No que se refere aos campos semânticos, além da breve contextualização teórica disponível na página inicial do *site*, foi elaborada uma seção específica dedicada aos três campos abordados nesta dissertação: animais, comida e corpo humano. Cada campo possui

uma página própria, que conduz o consulente de forma intuitiva ao conjunto de vocábulos correspondentes, permitindo a navegação segmentada conforme interesse ou necessidade.

Figura 6 – Campos semânticos



Fonte: <https://vocabulariokaingang.wixstudio.io/kaingang>.

Na página inicial do *site*, além das contextualizações sobre a Terra Indígena Apucaraniha e a explicação introdutória sobre os campos semânticos, foi criado o tópico “Conheça o PPGEL”, com o objetivo de divulgar o PPGEL da UEL. Essa iniciativa visa ampliar a visibilidade institucional e estimular a continuidade de pesquisas acadêmicas na área de Linguística indígena e Lexicografia.

A seção conta com um botão de acesso direto ao *site* oficial do PPGEL, facilitando a navegação e permitindo que consulentes obtenham informações detalhadas sobre linhas de pesquisa, corpo docente, processos seletivos e produções acadêmicas vinculadas ao programa.

Figura 7 – Conheça o PPGEL



Fonte: <https://vocabulariokaingang.wixstudio.io/kaingang>.

Além disso, foi elaborada uma página específica dedicada ao projeto (Figura 6). Nessa seção, apresenta-se uma breve explicação sobre o processo de elaboração do vocabulário e do próprio *site*, destacando sua vinculação ao projeto de pesquisa “Gramática, Bilinguismo e Multietnia” (GraBiM). Essa contextualização visa oferecer ao consulente uma compreensão mais ampla dos objetivos e fundamentos da iniciativa, evidenciando o compromisso com a valorização e preservação da língua kaingang no âmbito acadêmico e comunitário.

Figura 8 – Sobre o projeto



Fonte: <https://vocabulariokaingang.wixstudio.io/kaingang>.

Para promover a interação com os usuários, foi incluída uma seção de contato e sugestões, destinada ao recebimento de comentários, dúvidas e colaborações. Essa funcionalidade busca estabelecer um canal de comunicação contínuo com os visitantes, alinhando-se à característica dinâmica dos vocabulários, que demandam constante atualização e aprimoramento.

Adicionalmente, na parte inferior de todas as páginas do *site*, foram inseridas informações de contato institucionais, incluindo os perfis nas redes sociais do PPGEL - UEL, o número de telefone do departamento no campus universitário e os endereços de e-mail da secretaria e da coordenação do programa. Esses elementos visam facilitar o acesso dos usuários a informações complementares, fortalecendo a transparência e a acessibilidade tanto do vocabulário quanto das atividades desenvolvidas pelo programa.

Figura 9 – Caixa de sugestões e contato



Tem alguma dúvida, sugestão ou comentário? Entre em contato conosco!

Nome *

Email *

Digite aqui sua dúvida ou comentário: *

Enviar

CONTATO

TELEFONE
(43) 3371-4624

E-MAIL
secpocch@uel.br
Secretaria - Rosely
pocel@uel.br
Coordenação - Profa. Andréia

REDES SOCIAIS
[Instagram](#) [Facebook](#) [YouTube](#)

Fonte: <https://vocabulariokaingang.wixstudio.io/kaingang>.

O *site* apresenta diversas imagens distribuídas tanto nas páginas iniciais quanto nas seções dedicadas ao vocabulário completo. As imagens utilizadas na página inicial e na seção “Sobre o projeto” foram obtidas a partir do acervo do Centro de Memória e Cultura Kaingang (CMCK)¹². Já as imagens presentes nas páginas relacionadas aos campos semânticos e nas que apresentam o vocabulário foram digitalizadas a partir do livro *Kanhgág jykre – material pedagógico na língua kaingang*, que serviu como uma das principais fontes de consulta durante a coleta de dados. A referência completa da obra encontra-se nas fichas lexicográficas correspondentes e nas Referências bibliográficas deste trabalho.

A consulta ao *site* pode ser realizada por meio do *link*¹³ disponibilizado ou por meio de pesquisas em mecanismos de busca, como o *Google*¹⁴. Para facilitar o acesso, recomenda-se o

¹² Disponível em: <https://cmckkaingang.blogspot.com/p/fotos-contemporaneas.html>.

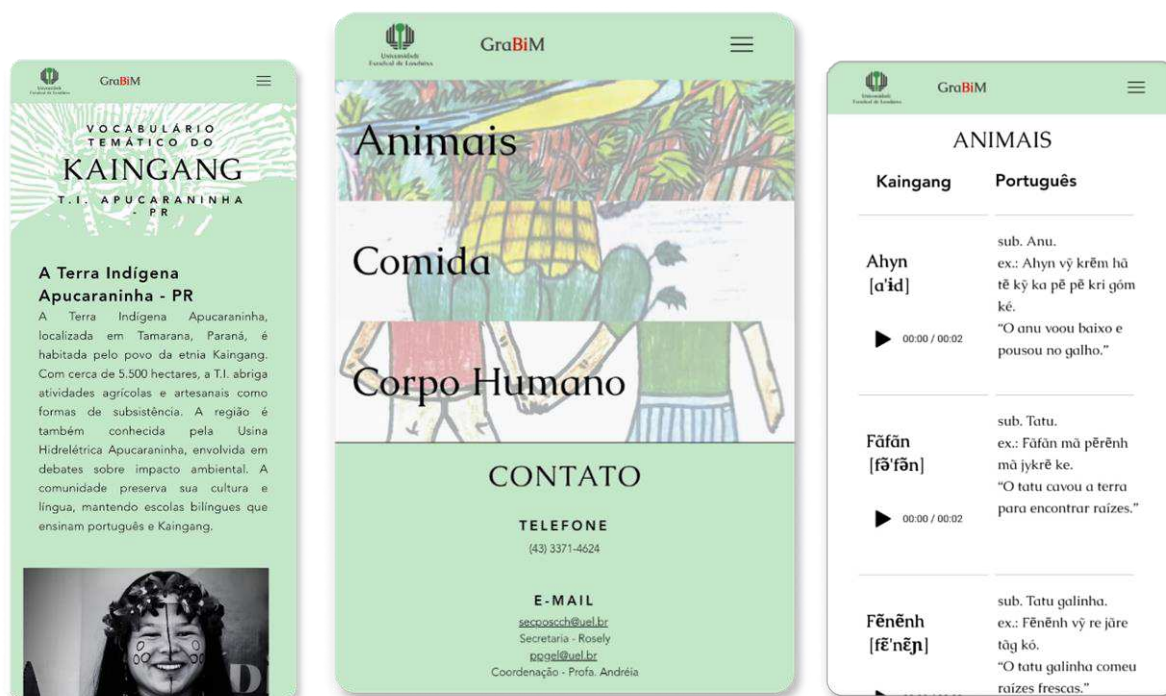
¹³ Disponível em: <https://vocabulariokaingang.wixstudio.io/kaingang>.

¹⁴ Disponível em: <http://www.google.com.br>.

uso de palavras-chave como: “vocabulário Kaingang”, “dicionário Kaingang”, “Apucarânia”, “Lexicografia Indígena” e “línguas indígenas”.

Considerando os hábitos de acesso digital observados na Terra Indígena Apucarânia, especialmente a predominância do uso de dispositivos móveis em detrimento do uso de computadores, o *site* foi integralmente configurado para uma versão *mobile*, além da versão para *desktop*. Essa adaptação permite que todo o conteúdo — textos, imagens, áudios e navegação — seja acessado de forma simples e eficiente em celulares e *tablets*. A responsividade da interface garante maior praticidade no uso cotidiano, além de ampliar o alcance da plataforma entre os falantes da comunidade, respeitando seus contextos tecnológicos reais. Tal medida reforça o compromisso desta dissertação com a acessibilidade e a funcionalidade do vocabulário, potencializando seu impacto educacional e cultural junto aos usuários Kaingang.

Figura 10 – Versão *mobile* do *site*



Fonte: <https://vocabulariokaingang.wixstudio.io/kaingang>.

Desse modo, o vocabulário digital desenvolvido neste trabalho configura-se como uma ferramenta linguística, pedagógica e sociocultural, articulando documentação, ensino e valorização da língua kaingang em um suporte acessível e dinâmico.

5.6 USO DO *SITE*, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AFINS, POSSÍVEIS INTERVENÇÕES, CRÍTICAS AO ESTADO

A disponibilização do vocabulário em ambiente digital amplia significativamente suas possibilidades de uso, sobretudo quando se considera o contexto contemporâneo de circulação de informações e a centralidade de dispositivos móveis no cotidiano dos falantes. Conforme observado na própria organização da plataforma, o *site* foi concebido para permitir acesso simples, funcional e acessível em celulares e tablets, o que favorece a consulta rápida e cotidiana, respeitando os contextos tecnológicos reais da TI Apucarânia.

Do ponto de vista pedagógico, o *site* pode operar como instrumento de apoio à educação escolar indígena e como recurso de consulta para atividades de alfabetização bilíngue, produção textual e ensino de conteúdos temáticos associados aos campos semânticos trabalhados. A presença de áudios e de exemplos de uso fortalece a dimensão oral da língua, permitindo que o vocabulário não se reduza a uma lista estática de equivalências, mas funcione como material de mediação entre a forma escrita e usos situados da linguagem. Nesse sentido, a organização por campos semânticos, associada a uma microestrutura objetiva e orientada ao consulente, favorece tarefas concretas em sala de aula e em projetos comunitários, como a elaboração de atividades por tema (comida, animais, corpo humano), a construção de vocabulários específicos por turma e a preparação de materiais para eventos culturais e educativos.

Além disso, o vocabulário *online* viabiliza intervenções futuras de atualização e ampliação, seja pela inclusão de novos campos semânticos, seja pela incorporação de novas entradas e variantes registradas na comunidade. Essa característica é particularmente importante em trabalhos com línguas de tradição oral e com forte variação intra e intercomunitária: a ferramenta digital permite revisões contínuas e uma política de curadoria que pode ser conduzida em diálogo com professores, falantes e lideranças, evitando tanto a fossilização quanto a padronização inadequada dos registros.

Entretanto, para que iniciativas como esta deixem de ser esforços isolados e se convertam em políticas consistentes de fortalecimento linguístico, é necessário explicitar uma dimensão frequentemente silenciada: a negligência histórica do Estado brasileiro frente às línguas indígenas. A produção e circulação de materiais didáticos específicos ainda é marcada por lacunas institucionais. Fargetti e Mondini (2021) evidenciam, por exemplo, que programas nacionais de livros e materiais didáticos não contemplaram de modo adequado a especificidade da produção destinada às escolas indígenas e, mesmo quando dicionários foram listados como

materiais didáticos para escolas públicas, não houve a mesma incorporação para escolas indígenas.

Essa ausência de políticas explícitas repercute diretamente na precariedade de recursos disponíveis, deslocando para pesquisadoras(es), comunidades e projetos locais a responsabilidade por suprir uma demanda que deveria ser pública, contínua e estruturante.

Nessa direção, torna-se incontornável reconhecer que a falta de ações governamentais robustas para línguas indígenas não é apenas uma falha administrativa: ela integra um processo mais amplo de enfraquecimento de direitos linguísticos. D’Angelis aponta, de forma incisiva, a “falta gritante” de uma política educacional voltada à capacitação de professores indígenas e à implantação efetiva de programas bilíngues nas escolas indígenas, situação que contribui para o desaparecimento das línguas.

Ao mesmo tempo, o autor critica a tendência de apoiar apenas registros finais, como se a documentação servisse a um “arquivo em formol”, em vez de investir em ações voltadas à sobrevivência real das línguas.

Assim, o *site* e o vocabulário aqui propostos devem ser compreendidos também como um gesto político-acadêmico: não apenas registram o léxico, mas afirmam a legitimidade de uma língua e de seus falantes, produzindo acessibilidade, visibilidade e possibilidades concretas de uso pedagógico e comunitário. O que está em jogo, portanto, não é somente a disponibilização de um instrumento de consulta, mas a reafirmação de que o Brasil não é — nem nunca foi — monolíngue, e de que o fortalecimento das línguas indígenas exige compromisso institucional, financiamento contínuo e responsabilidade pública.

6 CONCLUSÃO

Ao longo do processo de elaboração do vocabulário, foi possível constatar a complexidade envolvida na sistematização escrita de uma língua predominantemente oral, como ocorre com muitas línguas indígenas. Essa dificuldade se deve, em grande parte, à escassez de vocabulários atualizados e contextualizados, sobretudo aqueles que contemplem a variante kaingang falada na TI Apucaraninha, local de referência desta dissertação, vinculada à UEL.

A relação entre a Lexicografia e as línguas indígenas foi objeto de investigação ao longo do trabalho, evidenciando-se que a prática lexicográfica vai além da simples catalogação de palavras: ela atua como um instrumento fundamental para a preservação cultural, o uso continuado da língua e o fortalecimento identitário da comunidade. A opção por “vocabulário”, no lugar de “dicionário”, mostrou-se mais adequada em razão de sua maior flexibilidade metodológica e de sua capacidade de acolher as particularidades linguísticas e culturais da variante local do kaingang.

A organização por campos semânticos revelou-se um recurso eficaz para estruturar os dados de forma didática, favorecendo tanto a consulta quanto o processo de ensino-aprendizagem – seja por falantes nativos, estudantes ou pesquisadores. A disponibilização do vocabulário em formato digital, por meio de um *site* interativo, ampliou ainda mais seu potencial de alcance e permitiu a implementação de recursos multimodais, como os áudios, que respeitam e valorizam a tradição oral da língua kaingang.

Além disso, a presente dissertação contribui de forma concreta para os objetivos do projeto “Gramática, Bilinguismo e Multietnia” (GraBiM), desenvolvido na UEL, e oferece bases para o futuro desenvolvimento de um dicionário bilíngue mais abrangente, voltado à variante local da língua kaingang. Tal iniciativa pode beneficiar a comunidade falante, os educadores bilíngues e os pesquisadores que atuam na área, promovendo o acesso qualificado à língua e sua valorização como bem cultural.

Dessa forma, pode-se afirmar que os objetivos da dissertação foram alcançados, oferecendo uma contribuição relevante à documentação, preservação e valorização das línguas indígenas, especialmente da variante kaingang da TI Apucaraninha. Este vocabulário representa um primeiro passo em direção à construção de materiais de referência mais robustos – como gramáticas, dicionários e recursos didáticos –, cuja ausência ainda é notória no cenário brasileiro, apesar da diversidade linguística expressiva que caracteriza o país.

Portanto, a realização e a divulgação de trabalhos como o aqui apresentado reafirmam a importância de ações acadêmicas voltadas à preservação, valorização e incentivo à pesquisa e ao aprendizado de línguas indígenas, contribuindo de forma efetiva para a promoção do direito linguístico e do reconhecimento cultural dos povos originários do Brasil.

Apesar de avanços legais e de reconhecimento formal, a realidade mostra que a diversidade linguística indígena ainda é atravessada por negligência institucional, invisibilização acadêmica e fragilidades estruturais persistentes. A própria ideia de um Brasil linguisticamente homogêneo — sustentada por desconhecimento e por projetos políticos de apagamento — impacta diretamente o lugar que as línguas indígenas ocupam nas políticas educacionais e nas agendas de pesquisa.

Nesse cenário, a escassez de materiais específicos e a ausência de políticas públicas consistentes não podem ser tratadas como um detalhe: elas condicionam as possibilidades de ensino, de circulação social da língua e de fortalecimento da identidade coletiva.

É por isso que a produção de instrumentos como o vocabulário bilíngue digital aqui apresentado deve ser entendida como mais do que um produto acadêmico: trata-se de uma resposta concreta a uma demanda histórica, frequentemente ignorada, por materiais acessíveis e contextualizados, construídos a partir de uma variante efetivamente falada e em diálogo com a comunidade. Ao incorporar recursos multimodais e favorecer usos pedagógicos, o vocabulário contribui para aproximar o registro escrito das práticas linguísticas reais, respeitando a oralidade como eixo constitutivo da língua e ampliando possibilidades de ensino e aprendizagem.

Ainda assim, é preciso dizer com veemência: não é razoável que o fortalecimento das línguas indígenas dependa, quase sempre, de esforços individuais, projetos localizados e financiamentos instáveis. D’Angelis é contundente ao apontar a falta de uma política educacional voltada à capacitação docente indígena e à implementação efetiva de programas bilíngues, condição que acelera o desaparecimento linguístico.

O problema não é apenas “falta de pesquisa”: é falta de prioridade pública, falta de continuidade e falta de compromisso institucional. E, quando a ação estatal se limita ao registro de “últimos falantes”, como se o objetivo fosse apenas arquivar vestígios, corre-se o risco de transformar a documentação em um fim em si mesmo, em vez de integrá-la a ações de manutenção e fortalecimento linguístico.

Dessa forma, esta dissertação reafirma que trabalhos voltados às línguas indígenas não ocupam uma periferia temática: eles incidem sobre direitos linguísticos, memória coletiva,

educação e reconhecimento histórico. O vocabulário bilíngue da variante kaingang da TI Apucarantina é um passo inicial — mas necessário — na direção de materiais mais amplos e robustos. Sobretudo, é um chamado para que universidade, Estado e sociedade assumam que o futuro dessas línguas não pode depender apenas da resistência comunitária e da boa vontade de pesquisadoras(es): precisa ser sustentado por políticas, investimentos, formação e respeito.

Trata-se, portanto, de um trabalho que não se encerra em si, mas que se projeta como parte de um esforço contínuo de fortalecimento linguístico e cultural.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica e educação**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.

ALVES, Roseli. **O ciclo intercultural de iniciação acadêmica para estudantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

ATKINS, Beryl T. Sue; Rundell, Michael. **The Oxford Guide to Practical Lexicography**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BERGENHOLTZ, Henning; TARP, Sven. Two opposing theories: On H.E. Wiegand's recent discovery of lexicographic functions. **Hermes**, n. 31, p. 171-196, 2003.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A ciência da lexicografia. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 28, suplemento, p. 1-26, 1984.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. **ALFA: revista de linguística**, v. 40, p. 27-46, 1996.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O dicionário padrão da língua. **ALFA: revista de linguística**, v. 28, suplemento, p. 27-43, 1984.

BORTONI-Ricardo, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 44, 24 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 23, 28 de maio 2009.

CASARES, Julio. **Diccionario ideológico de la lengua española: desde la idea a la palabra, desde la palabra a la idea**. 2. ed. corr. y aum., 20. reimp. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras; FAPESP; Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 9–24.

D'ANGELIS, Wilmar R. Línguas indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam. In: BOMFIM, Anari Braz; COSTA, Francisco Vanderlei F. da (orgs.). **Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva**. Salvador: EGBA, 2014. p. 93–117.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. A língua Kaingang. **Portal Kaingang**. Campinas: Curt Nimuendajú, 12 mar. 2009. p. 1-6. Disponível em http://www.portalkaingang.org/lgua_kaingang.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. O primeiro século de registro da língua Kaingang (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica. *In*: Encontro Macro-Jê, 3., 03-06 dez. 2003, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, DF: LALLI-UnB, 2003.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; GONÇALVES, Solange Aparecida. **Dicionário Escolar Kaingâk**: a língua Kaingang no oeste paulista. Brasília, DF: Funai, 2018.

GEERAERTS, Dirk. **Theories of lexical semantics**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Maria José; SILVEIRA, Marcelo; FELISBINO, Damaris Kanĩnsãnh. Reflexões sobre modelos teóricos e descrição das línguas Macro-Jê – aspectos epistemológicos e gramaticais. *In*: Silveira, Marcelo; Guerra, Maria José; Santos, Ludoviko dos (org.). **Macro-Jê: língua, cultura e reflexões**. Londrina: Edue, 2020. p. 284-312.

GUTJAHR, Eva. **Entre tradições orais e registros da oralidade indígena**: reflexões sobre memória, performance e tradução. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2008.

HARTMANN, Reinhard Rudolf Karl; James, Gregory. **Dictionary of Lexicography**. London: Routledge, 1998.

HATCH, Evelyn; Brown, Cheryl. **Vocabulary, semantics, and language education**. New York, NY: Cambridge University Press, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: Etnias e línguas indígenas - Principais características sociodemográficas - Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: Indígenas: alfabetização, registros de nascimentos e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE mapeia a população indígena**. Brasília, DF: IBGE, 19 abr. 2013.

JACKSON, Howard. **Words and their Meaning**. London: Longman, 2002.

JACKSON, Howard. **Lexicography**: An introduction. London: Routledge, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Kanhgág Jykre** – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.

LYONS, John. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

- MARTINS, Andérbio Márcio Silva *et al.* O tronco Macro-Jê: hipóteses e contribuições de Aryon Dall'Igna Rodrigues. **Fragmentum**, n. 46, p. 101–135, jul./dez. 2015.
- MELATTI, Julio Cezar. Aspectos culturais (não linguísticos) dos povos falantes de línguas do tronco Macro-Jê. In: Miranda, Maxwell; Fernandes, Cláudia de Lima; Gomes, Maria Inês (Orgs.). **Línguas e culturas Macro-Jê: saberes entrecruzados**. Belo Horizonte: ABA Publicações; Curitiba: UFPR; Goiânia: UFG; Londrina: Eduel, 2020. p. 37–94.
- MEL'ČUK, Igor. **Cours de morphologie générale**. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 1995.
- MIGUEL, Thalita A. M. **Echando un cable: contribuições da fraseologia para o ensino de espanhol, o glossário em sala de aula**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras Estrangeiras Modernas) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.
- MIRANDA, Félix Valentín Bugueño; Borba, Laura Campos de (org.). **Manual de (meta)lexicografia**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2019.
- MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. **Temporais**, n. 4, 1993.
- MOTA, Lúcio Tadeu. Os Índios Kaingang No Rio Tibagi. In: Silveira, Marcelo; Guerra, Maria José; Santos, Ludoviko dos (org.). **Macro-Jê: língua, cultura e reflexões**. Londrina: Eduel, 2020. p. 41-65.
- MOURA, Onorio Isaias de. **Jamré, o princípio da educação Kaingang: a recriação da vida de Kamé e Kanhrú**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2025.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Declaração universal dos direitos linguísticos: novas perspectivas em política linguística**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. **Plurilinguismo no Brasil**. Brasília: UNESCO/IPOL, 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000161167>. Acesso em: 19 out. 2023.
- PAYNE, Thomas Edward. **Describing morphosyntax: A guide for field linguists**. Cambridge University Press, 1997.
- PORTO DAPENA, José-Álvaro. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2002. (Colección Biblioteca Philologica).
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **Revista Delta**, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596/30129>. Acesso em: 06 maio 2023.
- SEKI, Lucy. **A Lingüística Indígena No Brasil**. D.E.L.T.A., vol. 15, n.º especial, p. 257-290, 1999.

SEKI, Lucy. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. **Revista Impulso**, v. 12, n. 27, p. 233-256, 2000.

SEKI, Lucy. Discutindo dicionários bilíngues: o caso Kamaiurá. In: FARGETTI, Cristina Martins (org.). **Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2012.

SILVEIRA, Marcelo; Guerra, Maria José; Santos, Ludoviko dos (org.). **Macro-Jê: língua, cultura e reflexões**. Londrina: Eduel, 2020.

SILVEIRA, Marcelo; Oliveira, Juliana Machado de; Rodrigues, Lucenilda Maria. As balizas da cosmologia Kaingang e o funcionamento da gramática: concordâncias várias. In: **Conexões Humanas: reflexões do XIII SEPECH**. v. 3. Londrina: UEL, 2022. p. 265-280.

SOLER, Concha. **Diccionario Ideológico de Julio Casares**. Métodos de Información, vol. 6, nº 29-30, 1999.

SOUZA, Ivan Pereira de. **Repertório lexicográfico contrastivo bilíngue português–espanhol de nomes de alimentos regionais brasileiros**. 2020. 271 f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2020.

SPITZER, Carlos. **Dicionário analógico da língua portuguesa: tesouro de vocábulos e frases da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Globo, 1952.

TAGNIN, Stella Esther Ortweiler (ed.). **Crop: Revista da área de Língua e Literatura Inglesa e Norte-Americana-Departamento de Letras Modernas**, São Paulo, n. 10, 2004. Disponível em: https://ingles.fflch.usp.br/sites/ingles.fflch.usp.br/files/inline-files/crop_10.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Estudo de vocabulário**. São Paulo: Cortez, 2021.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários: uma introdução à lexicografia**. 2. ed., rev. e ampl. Brasília: Thesaurus, 2004.

WIEGAND, Herbert Ernst. On the structure and contents of a general theory of lexicography. In: HARTMANN, Reinhard Rudolf Karl (org.). **Linguistics and lexicography**. Tübingen: Niemeyer, 1984. p. 13-30.

WIESEMANN, Ursula: **Dicionário Kaingáng-Português, Português-Kaingáng**. 2. ed. Brasília, DF: SIL; FUNAI, 2011.

ZANARDI, Reinaldo C. **Estudantes indígenas traduzem livro sobre fenômeno causado por fungos**. Londrina: Agência UEL, 2021. Disponível em: <https://operobal.uel.br/educacao/2021/01/12/estudantes-traduzem-livro-fungos/>. Acesso em: 27 nov 2024.

ZGUSTA, Ladislav. **Manual of lexicography**. Prague: Academia; The Hague: Mouton, 1971.

APÊNDICE – FICHAS LEXICOGRÁFICAS

O modelo adotado nas fichas lexicográficas a seguir foi desenvolvido com base nos exemplos apresentados na dissertação de Thalita Aguiar (2018) e no trabalho de Ivan Pereira de Souza (2020). O modelo de ficha lexicográfica adotado nesta pesquisa está descrito a seguir, fundamentado nas obras referenciadas:

EXEMPLO:

ENTRADA	KĀ'EGSO
EQUIVALÊNCIA LP	ARARA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒ (indica a existência de áudio referente à entrada, disponível no <i>site</i>)
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[kæek'so]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011..
EXEMPLO	Kā'égso vỹ ka tũg ja ra tẽ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A arara voou para longe da árvore.
NOTAS	-

ANIMAIS

ENTRADA	A'YN
EQUIVALÊNCIA LP	ANU
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[a'id]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Ahyn vỹ krêm hã tẽ kỹ ka pẽ pẽ kri góm ké.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O anu voou baixo e pousou no galho.
NOTAS	-

ENTRADA	FĂFĂN
EQUIVALÊNCIA LP	TATU (GERAL)
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[fə'fən]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Făn vỹ ga nugnón ti tỹ ti järe kăně jé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O tatu cavou a terra para encontrar raízes.
NOTAS	-

ENTRADA	FĚNĚNH
EQUIVALÊNCIA LP	TATU GALINHA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[fĕ'nĕɲ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Fĕnĕnh vỹ re järe tãg kó.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O tatu galinha comeu raízes frescas.
NOTAS	-

ENTRADA	FÓG NỸ
EQUIVALÊNCIA LP	CAVALO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[, fɔg ^ɲ 'nã]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Fóg nỹ vỹ re kri vĕnhvãg tĩg.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O cavalo correu rápido pelo campo.
NOTAS	-

ENTRADA	GÃGRÉ
EQUIVALÊNCIA LP	LAGARTO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ŋə'grɛ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gãgré vỹ pó ag ji vẽnhpéju.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O lagarto se escondeu entre as pedras.
NOTAS	-

ENTRADA	GÊGÊ
EQUIVALÊNCIA LP	VESPA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ŋẽ'ŋẽ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gêgê vỹ mejaag né pénĩn tẽ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A vespa voou em torno da colmeia.
NOTAS	-

ENTRADA	GÓG
EQUIVALÊNCIA LP	BUGIO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[^h gɔg ^h]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Góg vỹ jamã há ra prêr ka nĩno tá nĩ kỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O bugio gritou alto no topo das árvores.
NOTAS	-

ENTRADA	GRÉ TYG
EQUIVALÊNCIA LP	TICO-TICO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['ngɾɛ 'tig]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Grétyg vỹ ãprã nén fy ki symsym ké.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O tico-tico bicou sementes no chão.
NOTAS	-

ENTRADA	GRŨ
EQUIVALÊNCIA LP	TUCANO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[' ^h grũ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Grũ vỹ ka kanẽ ki sym ké ka nĩno tá.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O tucano bicou frutas no alto da árvore.
NOTAS	-

ENTRADA	GYMŨ
EQUIVALÊNCIA LP	ABELHA (SEM FERRÃO)
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[gi'mũ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gymũ vỹ ã né han ka pẽ pẽ kri.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A abelha sem ferrão construiu a colmeia no galho.
NOTAS	-

ENTRADA	HINH
EQUIVALÊNCIA LP	TATU-BOLA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ˈhid]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Hinh vênh ki ror hé ti tỹ hên ri kenh mẽ tĩ kỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O tatu-bola enrolou-se ao sentir perigo.
NOTAS	-

ENTRADA	HOGHOG
EQUIVALÊNCIA LP	CACHORRO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[hokˈhog]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Inh régre fĩ hoghog vỹ se mătĩn rāké tá.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O cachorro da minha irmã correu atrás de um quati ontem.
NOTAS	-

ENTRADA	JĀTĀ
EQUIVALÊNCIA LP	URUBU
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[jãˈtã]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Jātã kynhmỹ hã tẽ ti jen kanẽ kỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O urubu voou alto procurando alimento.
NOTAS	-

ENTRADA	JYNHKÉN
EQUIVALÊNCIA LP	LAGARTIXA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[jɨd'kɛn]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Jynhkén vỹ ro to insetos ag kanẽ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A lagartixa caçou insetos na parede.
NOTAS	-

ENTRADA	KÃ'EGSO
EQUIVALÊNCIA LP	ARARA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[kãek'so]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011..
EXEMPLO	Kã'égso vỹ ka tũg ja ra tẽ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A arara voou para longe da árvore.
NOTAS	-

ENTRADA	KAJËR
EQUIVALÊNCIA LP	MACACO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ka'jẽ]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011..
EXEMPLO	Kajër vỹ vãnh kâtá vẽnhpéju kỹ nĩ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O macaco está escondido na floresta.
NOTAS	-

ENTRADA	KAKRĚKIN
EQUIVALÊNCIA LP	TAMANDUÁ
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[kkrẽ'kid]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011..
EXEMPLO	Kakrëkin vỹ róprág ag né kãnẽ ti tỹ ag ko jé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O tamanduá procurou formigueiros para comer.
NOTAS	-

ENTRADA	KĀME
EQUIVALÊNCIA LP	VEADO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[kẽ'be]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011..
EXEMPLO	Kāme vỹ mro tĩ goj ki.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O veado está nadando no rio.
NOTAS	-

ENTRADA	KÓ'Y
EQUIVALÊNCIA LP	JACU
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[kɔ'i]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011..
EXEMPLO	Kó'y vỹ kyr kusãg ki.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O jacu cantou durante a manhã.
NOTAS	-

ENTRADA	KREPÉR
EQUIVALÊNCIA LP	PIRANHA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[kre'per ^e]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011..
EXEMPLO	Krepér vỹ goj kãmĩ mro ti tỹ ti jẽn kanẽ kỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A piranha nadou no rio procurando alimento.
NOTAS	-

ENTRADA	KYNĨN
EQUIVALÊNCIA LP	VAGALUME
VARIANTE LK	
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[kĩ'nĩn]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Kynĩn vỹ kuty kãmĩ mrigmrig ké.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O vagalume brilhou na escuridão da noite.
NOTAS	-

ENTRADA	MĨG
EQUIVALÊNCIA LP	ONÇA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['mĩg]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Mĩg vỹ vẽnhpéju mré hã ti ti tỹ konh ke to vãji.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A onça se escondeu e observou a caça.
NOTAS	-

ENTRADA	NORKOKOG
EQUIVALÊNCIA LP	CORUJA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[,dor ^o ko'ko]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Norokokog vỹ kuty kãmĩ êvãnh katy he kỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A coruja observou tudo em silêncio durante a noite.
NOTAS	-

ENTRADA	PËNGRE
EQUIVALÊNCIA LP	GALINHA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[pẽ'ŋre]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Pëngre vỹ ga kri nén fy ki symsym hé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A galinha cisca sementes no chão.
NOTAS	-

ENTRADA	PÉNĨ
EQUIVALÊNCIA LP	TARTARUGA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[pẽ'nĩ]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011..
EXEMPLO	Pénĩ vỹ sê ã ag mré vỹ mũ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A tartaruga está interagindo com outros animais.
NOTAS	-

ENTRADA	PÉPO
EQUIVALÊNCIA LP	SAPO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[pe'po]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011..
EXEMPLO	Pépo vỹ kuty ra rĩr nĩgtĩ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O sapo está ativo durante a noite.
NOTAS	-

ENTRADA	PIRÃ
EQUIVALÊNCIA LP	PEIXE
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[pi'ĩẽ]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011..
EXEMPLO	Pirã vỹ pó ag ji vẽnhpéju.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O peixe se escondeu entre as pedras.
NOTAS	-

ENTRADA	PIVINH
EQUIVALÊNCIA LP	GATO
VARIANTE LK	MĨG SĨ (ONÇA PEQUENA)
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[pi'wĩdɲ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Pivinh nũnẽ vy kafãj nĩgtĩ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A língua do gato é áspera.
NOTAS	-

ENTRADA	PỸN
EQUIVALÊNCIA LP	COBRA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ˈpũn]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.
EXEMPLO	Pỹn vỹ ga kri komẽr hã jym ke tĩg.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A cobra rastejou pelo chão silenciosamente.
NOTAS	-

ENTRADA	PỸN - MRO
EQUIVALÊNCIA LP	COBRA D'ÁGUA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ˌpãn ˈbro]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.
EXEMPLO	Pỹn-mro vỹ goj nig kãra mro rã.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A cobra d'água nadou fundo no rio.
NOTAS	-

ENTRADA	SÊSĨ
EQUIVALÊNCIA LP	PASSARINHO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ʃĩˈʃĩ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Karỹnĩnh ki sêsĩ e vỹ kynkyr sĩvĩ han tĩ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	No Apucarantina há muitos passarinhos que cantam bonito.
NOTAS	-

ENTRADA	UHU
EQUIVALÊNCIA LP	GIRINO
VARIANTE LK	UGFU
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[u'hu]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Uhu móg kÿ tóg vēsÿ pépo han tĩ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	Quando o girino cresce, vira sapo, rã ou perereca.
NOTAS	UHU é a variante mais conservadora, enquanto UGFU é uma variante mais atual.

COMIDA

ENTRADA	ÊMĨ
EQUIVALÊNCIA LP	BOLO AZEDO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ẽ'mĩ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr fág vÿ êmĩ kajã han kÿ ma kãmũjêg êg jên mÿ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	As crianças trouxeram bolo azedo preparado para a refeição.
NOTAS	-

ENTRADA	FÁG
EQUIVALÊNCIA LP	PINHÃO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['fəg]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.
EXEMPLO	Titija fĩ vÿ fág nénh vējēn mÿ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A tia cozinhou pinhão para a refeição.
NOTAS	-

ENTRADA	FĒN'Ē
EQUIVALÊNCIA LP	PALMITO JUSSARA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[fɛn'ɛ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Fĕ'ĕ kré tá ag kre ja nĩ kÿ ag vĕjen ke ki han.
TRADUÇÃO EXEMPLO	Palmito jussara foi colhido da plantação e preparado para o jantar.
NOTAS	-

ENTRADA	FUVA
EQUIVALÊNCIA LP	MARIA-PRETA, ERVA-MOURA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[fu'wa]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Titija fĩ vÿ fuva han kafe kron ke ki kusãg ki.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A tia preparou maria-preta para a refeição do café da manhã.
NOTAS	-

ENTRADA	FUVA TÓG
EQUIVALÊNCIA LP	FRUTO DE ERVA-MOURA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[fu'wa 'tɔg]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Fuva tóg kre ja ag, ag tÿ ti kumén jé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	Fruto de erva-moura foi colhido para fazer um caldo.
NOTAS	-

ENTRADA	GÃR
EQUIVALÊNCIA LP	MILHO VERDE
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ˈŋẽr̃]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.
EXEMPLO	Gĩr vỹ gãr tánh kó carne mré.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino comeu milho verde acompanhado de carne.
NOTAS	-

ENTRADA	JÓHÓ
EQUIVALÊNCIA LP	FOLHA DE VEADO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[jɔ'hɔ]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.
EXEMPLO	Ijỹ fi vỹ jóhó han legumes mré.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A mãe preparou sopa de folha de veado com legumes.
NOTAS	-

ENTRADA	KAMÓ
EQUIVALÊNCIA LP	BANANA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ka'bɔ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Ijỹ fi vỹ kamó mré kagré han.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A mãe preparou sopa com banana e mandioca.
NOTAS	-

ENTRADA	KAMRĪ
EQUIVALÊNCIA LP	COGUMELO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ka'mri]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.
EXEMPLO	Gĩr fag vỹ kamrĩ gé kãmũjẽg ẽg tỹ nẽnh jé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	As crianças trouxeram cogumelos para fazer molho.
NOTAS	-

ENTRADA	KIKÓ
EQUIVALÊNCIA LP	ABÓBORA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ki'kɔ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Titija fi vỹ kikó nẽnh kỹ tỹ tuj hé jẽn ke ki.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A tia cozinhou abóbora e fez um purê para o almoço.
NOTAS	-

ENTRADA	KÓ
EQUIVALÊNCIA LP	BANANA DE MACACO/ COMIDA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['kɔ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ kó kó kagrẽ tỹ farĩnh mrẽ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino comeu banana de macaco com farinha de mandioca.
NOTAS	-

ENTRADA	KUMĨ
EQUIVALÊNCIA LP	MANDIOCA BRAVA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ku'mĩ]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.
EXEMPLO	Kumĩ kre ja ag, ag tỹ tỹ farĩnh han jé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	Mandioca brava foi colhida para fazer farinha.
NOTAS	-

ENTRADA	MËN'HU
EQUIVALÊNCIA LP	FARINHA DE MILHO TORRADO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[mẽn 'hu]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.
EXEMPLO	Gĩr vỹ mẽnhu kó abóbora tỹ nose mré.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino comeu farinha de milho torrado com doce de abóbora.
NOTAS	-

ENTRADA	MÓG
EQUIVALÊNCIA LP	VERDURAS
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[^m bɔg]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Móg kre ag, ag tỹ tỹ salada han jé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	Verduras foram colhidas para preparar uma salada.
NOTAS	-

ENTRADA	NÁR
EQUIVALÊNCIA LP	VARANA (PLANTA DO PALMITO)
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['dər̃]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.
EXEMPLO	Gĩr ag vỹ nár gé kãmũjẽg ẽg tỹ vễjẽn mré han jé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	As crianças trouxeram varana para preparar uma comida.
NOTAS	-

ENTRADA	PYRFÉ
EQUIVALÊNCIA LP	ORTIGÃO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[,puɪ̃ˈfɛ]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.
EXEMPLO	Titija fi vỹ pyrfé tỹ vễnhkagta han.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A tia preparou ortigão em um chá medicinal.
NOTAS	-

ENTRADA	RÃGRÓ
EQUIVALÊNCIA LP	FEIJÃO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[rẽ'ŋrɔ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Titija fi vỹ rãgró mré aronh han ẽg jẽn ke ki.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A tia cozinhou feijão com arroz para o almoço.
NOTAS	-

ENTRADA	TÂNĤ
EQUIVALÊNCIA LP	PALMITO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['tãŋ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ tãnh kó farĩnh mré.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino comeu palmito com farinha.
NOTAS	-

ENTRADA	VUGA
EQUIVALÊNCIA LP	CORÓ DE TAQUARA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[wu'ga]
FONTE DE COLETA	PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Kanhgág Jykre – Material Pedagógico na Língua Kaingang. Curitiba: SEED, 2011.
EXEMPLO	Ijỹ fi vỹ vuga han.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A mãe preparou coró de taquara como alimento especial.
NOTAS	-

CORPO HUMANO

ENTRADA	FA
EQUIVALÊNCIA LP	PERNA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['fa]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti fa kóké ti tỹ vãnh kãmĩ vẽnhvó kỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino machucou a perna ao correr pela floresta.
NOTAS	-

ENTRADA	FA MÓ
EQUIVALÊNCIA LP	PANTRRILHA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[fa 'bɔ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr fa mó vỹ kagyga ti tỹ rán to tãpry kỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino sentiu dor na panturrilha depois de subir o morro.
NOTAS	-

ENTRADA	FE
EQUIVALÊNCIA LP	CORAÇÃO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['fe]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr fe vỹ tugtug ke jagy han ti vẽnhró kãnh mỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O coração do menino bateu forte durante a corrida.
NOTAS	-

ENTRADA	FU
EQUIVALÊNCIA LP	VAGINA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['fu]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Ũn tỹtá fag vỹ fag fu ki rĩnrĩn vãnh kãmĩ venh kagta tỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	As mulheres cuidam da vagina com folhas medicinais.
NOTAS	-

ENTRADA	GÃNH
EQUIVALÊNCIA LP	CABELO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['ŋẽŋ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti gãnh jãré kar kỹ ti rem festa jo.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino cortou o cabelo e penteou antes da festa.
NOTAS	-

ENTRADA	GRÉ
EQUIVALÊNCIA LP	PÊNIS
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['n̥grɛ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Hoghog vỹ inh kósín gré pra.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O cachorro mordeu o pênis do meu filho.
NOTAS	-

ENTRADA	JÃ
EQUIVALÊNCIA LP	DENTE
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['jẽ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr ag vỹ ag mỹ sér kỹ ag jã kupri venven.
TRADUÇÃO EXEMPLO	As crianças mostraram os dentes brancos com alegria.
NOTAS	-

ENTRADA	JAKRĨ
EQUIVALÊNCIA LP	JOELHO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[já'krĩ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti kanhir tĩra ti jakrĩ kãgfã.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino machucou o joelho enquanto brincava.
NOTAS	-

ENTRADA	JAMÊ
EQUIVALÊNCIA LP	ROSTO / BOCHECHA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ja'mê]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Ũn tỹtã fag vỹ fag jamê sonson fag tỹ tỹgtỹnh jé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	As mulheres pintaram o rosto para o ritual.
NOTAS	-

ENTRADA	JATO
EQUIVALÊNCIA LP	CANELA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[ja'to]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti jato tỹ tag ké ti tỹ rán ki tére kỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino bateu a canela ao descer o barranco.
NOTAS	-

ENTRADA	JĔNKY
EQUIVALÊNCIA LP	BOCA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[jĕn'ki]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti jĕnky tỹ ĕg kãnĕ ki goj kron.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino usou a boca para beber água da fonte.
NOTAS	-

ENTRADA	KANĔ
EQUIVALÊNCIA LP	OLHO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[kad'nĕ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti kanĕ tỹ mĩn kĕ ti tỹ kanhkã ki evãnh jĕ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino abriu os olhos para observar o céu.
NOTAS	-

ENTRADA	KRE
EQUIVALÊNCIA LP	COXA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['kre]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Fi kre vỹ rá nĩ fĩ mur mũ kã.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A coxa dela tem uma marca de nascença.
NOTAS	-

ENTRADA	KRĪ
EQUIVALÊNCIA LP	CABEÇA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['krĩ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ kopéj tỹ ti krĩ kri fẽnja han rã jo, ti tỹ ki rĩr jé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino cobriu a cabeça com folhas para proteger do sol.
NOTAS	-

ENTRADA	NĪGÉ
EQUIVALÊNCIA LP	MÃO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[nĩ'ge]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr ỹ ti nĩgé tỹ kakanẽ gé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino usou a mão para colher as frutas.
NOTAS	-

ENTRADA	NĪGÉ JUFÉJ
EQUIVALÊNCIA LP	DEDO DA MÃO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[nĩ'ge ju'fej ^e]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ êpry ki nĩju ti nĩgé juféj tỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino apontou com o dedo da mão para a trilha.
NOTAS	-

ENTRADA	NĪGÉ NUG
EQUIVALÊNCIA LP	PALMA DA MÃO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[nĩ'ge 'dug]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti nĩgé nug tỹ ránrán ké ti tỹ ti kavej kykunh jé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino esfregou a palma da mão para limpar a sujeira.
NOTAS	-

ENTRADA	NĪGÉ PĀNĪ
EQUIVALÊNCIA LP	DORSO DA MÃO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[nĩ'ge pã'nĩ]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti nĩgé pānĩ tỹ ka ag vog.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino usou o dorso da mão para afastar o inseto.
NOTAS	-

ENTRADA	NĪGRĒG
EQUIVALÊNCIA LP	ORELHA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[nĩŋ'rĕg]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti nĩgrĕg kĩgfĕn barulho tigrĩn.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino tapou as orelhas por causa do barulho.
NOTAS	-

ENTRADA	NĨGRU
EQUIVALÊNCIA LP	UNHA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[nĩ'gru]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti nĩgru kykyn komẽr hã.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino cortou a unha com cuidado.
NOTAS	-

ENTRADA	NĨJĚ
EQUIVALÊNCIA LP	NARIZ
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[nĩ'jě]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti nĩjě kugmré ti juprén kãnh mỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino coçou o nariz enquanto pensava.
NOTAS	-

ENTRADA	NUG
EQUIVALÊNCIA LP	BARRIGA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['dug]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti nug kaga kri ti nĩgẽ fẽg.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino colocou a mão na barriga de dor.
NOTAS	-

ENTRADA	NŨGJE
EQUIVALÊNCIA LP	SEIO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[nũŋ'je]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Ũn týtá fag nũgje vỹ gĩr mâtãg jẽn tĩ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O seio da mulher alimenta o recém-nascido.
NOTAS	-

ENTRADA	NŨGNIN
EQUIVALÊNCIA LP	UMBIGO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[nũŋ'did]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Inh nũgnin vỹ ga tỹ kavėj nĩ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O meu umbigo está sujo de terra.
NOTAS	-

ENTRADA	NŨNĚ
EQUIVALÊNCIA LP	LÍNGUA
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[nũ'ně]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Pivinh nũnĚ vy kafãj nĩgtĩ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	A língua do gato é áspera.
NOTAS	-

ENTRADA	NUNH
EQUIVALÊNCIA LP	PESCOÇO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['dup]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Ag jũgũ kũ ag jagnē nunh kãgũgũ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	Na briga, um apertou o pescoço do outro.
NOTAS	-

ENTRADA	PÊ
EQUIVALÊNCIA LP	BRAÇO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['pê]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti pê tãgfyn ũ fỹ ti ve jé.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino levantou o braço para acenar.
NOTAS	-

ENTRADA	PÊN
EQUIVALÊNCIA LP	PÉ
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	['pên]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti pên tỹ móra nig.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino chutou a bola com o pé.
NOTAS	-

ENTRADA	PĚN JUFÉJ
EQUIVALÊNCIA LP	DEDO DO PÉ
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[.pẽn ju'fej ^ε]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Pẽn juféj ù vỹ pó tỹ tar.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O dedo do pé ficou preso em uma pedra.
NOTAS	-

ENTRADA	PĚN MÉG
EQUIVALÊNCIA LP	OMBRO
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[.pẽn 'bæg]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Gĩr vỹ ti pẽn még tỹ ka to fég.
TRADUÇÃO EXEMPLO	O menino apoiou o ombro contra a árvore.
NOTAS	-

ENTRADA	PĚN RA
EQUIVALÊNCIA LP	CALCANHAR
VARIANTE LK	-
CLASSIFICAÇÃO SINTÁTICA	Substantivo
ÁUDIO	☒
TRANSCRIÇÃO FONÉTICA	[.pẽn 'ra]
FONTE DE COLETA	Aula de Kaingang Prof. ^a Damaris
EXEMPLO	Fi pẽn ra kaga mẽ fi, fi tỹ kajěr jo vẽn hvó kỹ.
TRADUÇÃO EXEMPLO	Ela sentiu dor no calcanhar depois de fugir correndo do macaco.
NOTAS	-

ANEXO A – DECRETO Nº 6.861, DE 27 DE MAIO DE 2009.

Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 231, ambos da Constituição, e nos arts. 78 e 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e no Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004,

DECRETA:

Art. 1º A educação escolar indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades.

Art. 2º São objetivos da educação escolar indígena:

- I - valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;
- II - fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;
- III - formulação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas;
- IV - desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- V - elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado; e
- VI - afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena.

Art. 3º Será reconhecida às escolas indígenas a condição de escolas com normas próprias e diretrizes curriculares específicas, voltadas ao ensino intercultural e bilíngue ou multilíngue, gozando de prerrogativas especiais para organização das atividades escolares, respeitado o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas e as especificidades de cada comunidade, independentemente do ano civil.

Art. 4º Constituirão elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

- I - sua localização em terras habitadas por comunidades indígenas;
- II - exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;
- III - ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas; e
- IV - organização escolar própria.

Parágrafo único. A escola indígena será criada por iniciativa ou reivindicação da comunidade interessada, ou com sua anuência, respeitadas suas formas de representação.

Art. 5º A União prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à ampliação da oferta da educação escolar às comunidades indígenas, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

- I - construção de escolas;
- II - formação inicial e continuada de professores indígenas e de outros profissionais da educação;
- III - produção de material didático;
- IV - ensino médio integrado à formação profissional; e
- V - alimentação escolar indígena.

§ 1º O apoio financeiro do Ministério da Educação será orientado a partir das ações previstas e pactuadas no plano de ação de cada território etnoeducacional, previstos nos arts. 6º, 7º e 8º, e veiculadas pelo Plano de Ações Articuladas - PAR de que trata o [Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007](#).

§ 2º As ações apoiadas pelo Ministério da Educação deverão estar em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º Para fins do apoio de que trata o art. 5º, a organização territorial da educação escolar indígena será promovida a partir da definição de territórios etnoeducacionais pelo Ministério da Educação, ouvidos:

- I - as comunidades indígenas envolvidas;
- II - os entes federativos envolvidos;
- III - a Fundação Nacional do Índio - FUNAI;
- IV - a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena;
- V - os Conselhos Estaduais de Educação Escolar Indígena; e
- VI - a Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI.

Parágrafo único. Cada território etnoeducacional compreenderá, independentemente da divisão político-administrativa do País, as terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações lingüísticas, valores e práticas culturais compartilhados.

Art. 7º Cada território etnoeducacional contará com plano de ação para a educação escolar indígena, nos termos do art. 8º, elaborado por comissão integrada por:

- I - um representante do Ministério da Educação;
- II - um representante da FUNAI;
- III - um representante de cada povo indígena abrangido pelo território etnoeducacional ou de sua entidade; e
- IV - um representante de cada entidade indigenista com notória atuação na educação escolar indígena, no âmbito do território etnoeducacional.

§ 1º Serão obrigatoriamente convidados para integrar a comissão os Secretários de Educação dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, sobre os quais incidam o território etnoeducacional.

§ 2º A comissão poderá convidar ou admitir outros membros, tais como representantes do Ministério Público, das instituições de educação superior, da rede de formação profissional e tecnológica, além de representantes de outros órgãos ou entidades que desenvolvam ações voltadas para a educação escolar indígena.

§ 3º A comissão deverá submeter o plano de ação por ela elaborado à consulta das comunidades indígenas envolvidas.

§ 4º Será assegurado às instâncias de participação dos povos indígenas acesso às informações sobre a execução e resultados das ações previstas nos planos.

§ 5º A comissão elaborará suas normas internas de funcionamento e reunir-se-á, no mínimo semestralmente, em sessões ordinárias, e, sempre que necessário, em sessões extraordinárias.

§ 6º A comissão acompanhará a execução do plano e promoverá sua revisão periódica.

Art. 8º O plano de ação deverá conter:

I - diagnóstico do território etnoeducacional com descrição sobre os povos, população, abrangência territorial, aspectos culturais e lingüísticos e demais informações de caráter relevante;

II - diagnóstico das demandas educacionais dos povos indígenas;

III - planejamento de ações para o atendimento das demandas educacionais; e

IV - descrição das atribuições e responsabilidades de cada partícipe no que diz respeito à educação escolar indígena, especialmente quanto à construção de escolas indígenas, à formação e contratação de professores indígenas e de outros profissionais da educação, à produção de material didático, ao ensino médio integrado à educação profissional e à alimentação escolar indígena.

Parágrafo único. O Ministério da Educação colocará à disposição dos entes federados envolvidos equipe técnica que prestará assistência na elaboração dos planos de ação e designará consultor para acompanhar sua execução.

Art. 9º A formação de professores indígenas será desenvolvida no âmbito das instituições formadoras de professores e será orientada pelas diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena.

§ 1º Os cursos de formação de professores indígenas darão ênfase à:

I - constituição de competências referenciadas em conhecimentos, valores, habilidades e atitudes apropriadas para a educação indígena;

II - elaboração, ao desenvolvimento e à avaliação de currículos e programas próprios;

III - produção de material didático; e

IV - utilização de metodologias adequadas de ensino e pesquisa.

§ 2º A formação dos professores indígenas poderá ser feita concomitantemente à sua escolarização, bem como à sua atuação como professores.

Art. 10. A produção de material didático e para-didático para as escolas indígenas deverá apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos dos povos indígenas envolvidos, levando em consideração a sua tradição oral, e será publicado em versões bilíngües, multilíngües ou em línguas indígenas, incluindo as variações dialetais da língua portuguesa, conforme a necessidade das comunidades atendidas.

Parágrafo único. As propostas de elaboração e produção de material didático para as escolas indígenas apoiadas com recursos do Ministério da Educação serão submetidas à análise e aprovação de comissão instituída para apoio à produção de material didático indígena.

Art. 11. As propostas pedagógicas para o ensino médio integrado à formação profissional dos alunos indígenas deverão articular as atividades escolares com os projetos de sustentabilidade formulados pelas comunidades indígenas e considerar as especificidades regionais e locais.

Art. 12. A alimentação escolar destinada às escolas indígenas deve respeitar os hábitos alimentares das comunidades, considerados como tais as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local.

Art. 13. As despesas da União com educação escolar indígena correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de projetos a serem aprovados com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados pelo Poder Executivo, na forma da legislação orçamentária e financeira.

Art. 14. O Ministério da Educação coordenará a implantação, o acompanhamento e a avaliação da educação escolar indígena, respeitada a autonomia e mantidas as responsabilidades e competências dos entes federativos.

Art. 15. O [§ 2º do art. 11 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A instituição que oferecer curso antes da devida autorização, quando exigida, terá sobrestados os processos de autorização e credenciamento em curso, pelo prazo previsto no § 1º do art. 68.” (NR) [\(Revogado pelo Decreto nº 9.235, de 2017\)](#)

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de maio de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Tarso Genro

Fernando Haddad

ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 510, DE 7 DE ABRIL DE 2016**RESOLUÇÃO Nº 510, DE 7 DE ABRIL DE 2016**

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto n.º 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando que a ética é uma construção humana, portanto histórica, social e cultural;

Considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos;

Considerando que o agir ético do pesquisador demanda ação consciente e livre do participante;

Considerando que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes;

Considerando que as Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma aceção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico;

Considerando que a relação pesquisador-participante se constrói continuamente no processo da pesquisa, podendo ser redefinida a qualquer momento no diálogo entre subjetividades, implicando reflexividade e construção de relações não hierárquicas;

Considerando os documentos que constituem os pilares do reconhecimento e da afirmação da dignidade, da liberdade e da autonomia do ser humano, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 e a Declaração Interamericana de Direitos e Deveres Humanos, de 1948;

Considerando a existência do sistema dos Comitês de Ética em Pesquisa e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa;

Considerando que a Resolução 466/12, no artigo XIII.3, reconhece as especificidades éticas das pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais e de outras que se utilizam de metodologias próprias dessas áreas, dadas suas particularidades;

Considerando que a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado; e

Considerando a importância de se construir um marco normativo claro, preciso e plenamente compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com

os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I - pesquisa de opinião pública com participantes não identificados;

II - pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

III - pesquisa que utilize informações de domínio público;

IV - pesquisa censitária;

V - pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual; e

VI - pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica;

VII - pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito; e

III - atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação, ensino ou treinamento sem finalidade de pesquisa científica, de alunos de graduação, de curso técnico, ou de profissionais em especialização.

§ 1º Não se enquadram no inciso antecedente os Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares, devendo-se, nestes casos, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP;

§ 2º Caso, durante o planejamento ou a execução da atividade de educação, ensino ou treinamento surja a intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa, dever-se-á, de forma obrigatória, apresentar o protocolo de pesquisa ao sistema CEP/CONEP.

Capítulo I

DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins desta Resolução, adotam-se os seguintes termos e definições:

I - assentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa - criança, adolescente ou indivíduos impedidos de forma temporária ou não de consentir, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, justificativa, objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos. A obtenção do assentimento não elimina a necessidade do consentimento do responsável;

II - assistência ao participante da pesquisa: é aquela prestada para atender danos imateriais decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa;

III - benefícios: contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado;

IV - confidencialidade: é a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada;

V - consentimento livre e esclarecido: anuência do participante da pesquisa ou de seu representante legal, livre de simulação, fraude, erro ou intimidação, após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos;

VI - informações de acesso público: dados que podem ser utilizados na produção de pesquisa e na transmissão de conhecimento e que se encontram disponíveis sem restrição ao acesso dos pesquisadores e dos cidadãos em geral, não estando sujeitos a limitações relacionadas à privacidade, à segurança ou ao controle de acesso. Essas informações podem estar processadas, ou não, e contidas em qualquer meio, suporte e formato produzido ou gerido por órgãos públicos ou privados;

VII - dano material: lesão que atinge o patrimônio do participante da pesquisa em virtude das características ou dos resultados do processo de pesquisa, impondo uma despesa pecuniária ou diminuindo suas receitas auferidas ou que poderiam ser auferidas;

VIII - dano imaterial: lesão em direito ou bem da personalidade, tais como integridades física e psíquica, saúde, honra, imagem, e privacidade, ilicitamente produzida ao participante da pesquisa por características ou resultados do processo de pesquisa;

IX - discriminação: caracterização ou tratamento social de uma pessoa ou grupo de pessoas, com consequente violação da dignidade humana, dos direitos humanos e sociais e das liberdades fundamentais dessa pessoa ou grupo de pessoas;

X - esclarecimento: processo de apresentação clara e acessível da natureza da pesquisa, sua justificativa, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos, concebido na medida da compreensão do participante, a partir de suas características individuais, sociais, econômicas e culturais, e em razão das abordagens metodológicas aplicadas. Todos esses elementos determinam se o esclarecimento dar-se-á por documento escrito, por imagem ou de forma oral, registrada ou sem registro;

XI - estigmatização: atribuição de conteúdo negativo a uma ou mais características (estigma) de uma pessoa ou grupo de pessoas, com consequente violação à dignidade humana, aos direitos humanos e liberdades fundamentais dessa pessoa ou grupo de pessoas;

XII - etapas preliminares de uma pesquisa: são assim consideradas as atividades que o pesquisador tem que desenvolver para averiguar as condições de possibilidade de realização da pesquisa, incluindo investigação documental e contatos diretos com possíveis participantes, sem sua identificação e sem o registro público e formal das informações assim obtidas; não devendo ser confundidas com "estudos exploratórios" ou com "pesquisas piloto", que devem ser consideradas como projetos de pesquisas. Incluem-se nas etapas preliminares as visitas às comunidades, aos serviços, as conversas com liderança comunitárias, entre outros;

XIII - participante da pesquisa: indivíduo ou grupo, que não sendo membro da equipe de pesquisa, dela participa de forma esclarecida e voluntária, mediante a concessão de consentimento e também, quando couber, de assentimento, nas formas descritas nesta resolução;

XIV - pesquisa de opinião pública: consulta verbal ou escrita de caráter pontual, realizada por meio de metodologia específica, através da qual o participante, é convidado a expressar sua preferência, avaliação ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços; sem possibilidade de identificação do participante;

XV - pesquisa encoberta: pesquisa conduzida sem que os participantes sejam informados sobre objetivos e procedimentos do estudo, e sem que seu consentimento seja obtido previamente ou durante a realização da pesquisa. A pesquisa encoberta somente se justifica em circunstâncias nas quais a informação sobre objetivos e procedimentos alteraria o comportamento alvo do estudo ou quando a utilização deste método se apresenta como única forma de condução do estudo, devendo ser explicitado ao CEP o procedimento a ser adotado pelo pesquisador com o participante, no que se refere aos riscos, comunicação ao participante e uso dos dados coletados, além do compromisso ou não com a confidencialidade. Sempre que se mostre factível, o consentimento dos participantes deverá ser buscado posteriormente;

XVI - pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações

sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção;

XVII - pesquisador responsável: pessoa com no mínimo título de tecnólogo, bacharel ou licenciatura, responsável pela coordenação e realização da pesquisa e pela integridade e bem estar dos participantes no processo de pesquisa. No caso de discentes de graduação que realizam pesquisas para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, a pesquisa será registrada no CEP, sob responsabilidade do respectivo orientador do TCC;

XVIII - preconceito: valor negativo atribuído a uma pessoa ou grupo de pessoas, com consequente violação dos direitos civis e políticos e econômicos, sociais e culturais;

XIX - privacidade: direito do participante da pesquisa de manter o controle sobre suas escolhas e informações pessoais e de resguardar sua intimidade, sua imagem e seus dados pessoais, sendo uma garantia de que essas escolhas de vida não sofrerão invasões indevidas, pelo controle público, estatal ou não estatal, e pela reprovação social a partir das características ou dos resultados da pesquisa;

XX - processo de consentimento e de assentimento: processo pautado na construção de relação de confiança entre pesquisador e participante da pesquisa, em conformidade com sua cultura e continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, não sendo o registro de sua obtenção necessariamente escrito;

XXI - protocolo de pesquisa: conjunto de documentos contemplando a folha de rosto e o projeto de pesquisa com a descrição da pesquisa em seus aspectos fundamentais e as informações relativas ao participante da pesquisa, à qualificação dos pesquisadores e a todas as instâncias responsáveis. Aplica-se o disposto na norma operacional do CNS em vigor ou outra que venha a substituí-la, no que couber e quando não houver prejuízo no estabelecido nesta Resolução;

XXII - registro do consentimento ou do assentimento: documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas; XXIII - relatório final: é aquele apresentado no encerramento da pesquisa, contendo todos os seus resultados;

XXIV - ressarcimento: compensação material dos gastos decorrentes da participação na pesquisa, ou seja, despesas do participante e seus acompanhantes, tais como transporte e alimentação;

XXV - risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente; e

XXVI - vulnerabilidade: situação na qual pessoa ou grupo de pessoas tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos.

Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS DAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Art. 3º São princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais:

I - reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica;

II - defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa;

III - respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas;

IV - empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada;

V - recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa;

VI - garantia de assentimento ou consentimento dos participantes das pesquisas, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;

VII - garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz;

VIII - garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes;

IX - compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação; e

X - compromisso de propiciar assistência a eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário.

Capítulo III

DO PROCESSO DE CONSENTIMENTO E DO ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Art. 4 o O processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante, continuamente aberto ao diálogo e ao questionamento, podendo ser obtido ou registrado em qualquer das fases de execução da pesquisa, bem como retirado a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ao participante.

Art. 5 o O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido pode ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas, devendo ser consideradas as características individuais, sociais, econômicas e culturais da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa e as abordagens metodológicas aplicadas.

§ 1 o O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido deve ocorrer de maneira espontânea, clara e objetiva, e evitar modalidades excessivamente formais, num clima de mútua confiança, assegurando uma comunicação plena e interativa.

§ 2 o No processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido, o participante deverá ter a oportunidade de esclarecer suas dúvidas, bem como dispor do tempo que lhe for adequado para a tomada de uma decisão autônoma.

Art. 6 o O pesquisador deverá buscar o momento, condição e local mais adequado para que os esclarecimentos sobre a pesquisa sejam efetuados, considerando, para isso, as peculiaridades do convidado a participar da pesquisa, a quem será garantido o direito de recusa.

Art. 7 o O pesquisador deverá assegurar espaço para que o participante possa expressar seus receios ou dúvidas durante o processo de pesquisa, evitando qualquer forma de imposição ou constrangimento, respeitando sua cultura.

Art. 8 o As informações sobre a pesquisa devem ser transmitidas de forma acessível e transparente para que o convidado a participar de uma pesquisa, ou seu representante legal, possa se manifestar, de forma autônoma, consciente, livre e esclarecida.

Art. 9º São direitos dos participantes:

- I - ser informado sobre a pesquisa;
- II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III - ter sua privacidade respeitada;
- IV - ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V - decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI - ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e
- VII - o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Seção I

Da obtenção do Consentimento e do Assentimento

Art. 10. O pesquisador deve esclarecer o potencial participante, na medida de sua compreensão e respeitadas suas singularidades, sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, direitos, riscos e potenciais benefícios.

Art. 11. O consentimento do participante da pesquisa deverá ser particularmente garantido àquele que, embora plenamente capaz, esteja exposto a condicionamentos específicos, ou sujeito a relação de autoridade ou de dependência, caracterizando situações passíveis de limitação da autonomia.

Art. 12. Deverá haver justificativa da escolha de crianças, de adolescentes e de pessoas em situação de diminuição de sua capacidade de decisão no protocolo a ser aprovado pelo sistema CEP/CONEP.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput deverão ser obtidos o assentimento do participante e o consentimento livre e esclarecido, por meio dos representantes legais do participante da pesquisa, preservado o direito à informação e à autonomia do participante, de acordo com a sua capacidade.

Art. 13. Em comunidades cuja cultura reconheça a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo, como é o caso de algumas comunidades tradicionais, indígenas ou religiosas, por exemplo, a obtenção da autorização para a pesquisa deve respeitar tal particularidade, sem prejuízo do consentimento individual, quando possível e desejável.

Art. 14. Quando for inviável a realização do processo de Consentimento Livre e Esclarecido, a dispensa desse processo deve ser justificadamente solicitada pelo pesquisador responsável ao Sistema CEP/CONEP para apreciação.

Seção II

Do Registro do Consentimento e do Assentimento

Art. 15. O Registro do Consentimento e do Assentimento é o meio pelo qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante ou de seu responsável legal, sob a forma escrita, sonora, imagética, ou em outras formas que atendam às características da pesquisa e dos participantes, devendo conter informações em linguagem clara e de fácil entendimento para o suficiente esclarecimento sobre a pesquisa.

§ 1º Quando não houver registro de consentimento e do assentimento, o pesquisador deverá entregar documento ao participante que contemple as informações previstas para o consentimento livre e esclarecido sobre a pesquisa.

§ 2º A obtenção de consentimento pode ser comprovada também por meio de testemunha que não componha a equipe de pesquisa e que acompanhou a manifestação do consentimento.

Art. 16. O pesquisador deverá justificar o meio de registro mais adequado, considerando, para isso, o grau de risco envolvido, as características do processo da pesquisa e do participante.

§ 1º Os casos em que seja inviável o Registro de Consentimento ou do Assentimento Livre e Esclarecido ou em que este registro signifique riscos substanciais à privacidade e confidencialidade dos dados do participante ou aos vínculos de confiança entre pesquisador e pesquisado, a dispensa deve ser justificada pelo pesquisador responsável ao sistema CEP/CONEP.

§ 2º A dispensa do registro de consentimento ou de assentimento não isenta o pesquisador do processo de consentimento ou de assentimento, salvo nos casos previstos nesta Resolução.

§ 3º A dispensa do Registro do Consentimento deverá ser avaliada e aprovada pelo sistema CEP/CONEP.

Art. 17. O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, em seus diferentes formatos, deverá conter esclarecimentos suficientes sobre a pesquisa, incluindo:

I - a justificativa, os objetivos e os procedimentos que serão utilizados na pesquisa, com informação sobre métodos a serem utilizados, em linguagem clara e acessível, aos participantes da pesquisa, respeitada a natureza da pesquisa;

II - a explicitação dos possíveis danos decorrentes da participação na pesquisa, além da apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar situações que possam causar dano, considerando as características do participante da pesquisa;

III - a garantia de plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum;

IV - a garantia de manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa seja pessoa ou grupo de pessoas, durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário, mesmo após o término da pesquisa;

V - informação sobre a forma de acompanhamento e a assistência a que terão direito os participantes da pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver;

VI - garantia aos participantes do acesso aos resultados da pesquisa;

VII - explicitação da garantia ao participante de ressarcimento e a descrição das formas de cobertura das despesas realizadas pelo participante decorrentes da pesquisa, quando houver;

VIII - a informação do endereço, e-mail e contato telefônico, dos responsáveis pela pesquisa;

IX - breve explicação sobre o que é o CEP, bem como endereço, e-mail e contato telefônico do CEP local e, quando for o caso, da CONEP; e

X - a informação de que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado.

§ 1º Nos casos em que algum dos itens não for contemplado na modalidade de registro escolhida, tal informação deverá ser entregue ao participante em documento complementar, de maneira a garantir que todos os itens supracitados sejam informados aos participantes.

§ 2º Nos casos em que o consentimento ou o assentimento livre e esclarecido não for registrado por escrito, o participante poderá ter acesso ao registro do consentimento ou do assentimento sempre que solicitado.

§ 3º Nos casos em que o consentimento ou o assentimento livre e esclarecido for registrado por escrito uma via, assinada pelo participante e pelo pesquisador responsável, deve ser entregue ao participante.

§ 4º O assentimento do participante da pesquisa deverá constar do registro do consentimento.

Capítulo IV

DOS RISCOS

Art. 18. Nos projetos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, a definição e a gradação do risco resultam da apreciação dos seus procedimentos metodológicos e do seu potencial de causar danos maiores ao participante do que os existentes na vida cotidiana, em consonância com o caráter processual e dialogal dessas pesquisas.

Art. 19. O pesquisador deve estar sempre atento aos riscos que a pesquisa possa acarretar aos participantes em decorrência dos seus procedimentos, devendo para tanto serem adotadas medidas de precaução e proteção, a fim de evitar dano ou atenuar seus efeitos.

§ 1º Quando o pesquisador perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, deverá discutir com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP.

§ 2º O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização.

Art. 20. O pesquisador deverá adotar todas as medidas cabíveis para proteger o participante quando criança, adolescente, ou qualquer pessoa cuja autonomia esteja reduzida ou que esteja sujeita a relação de autoridade ou dependência que caracterize situação de limitação da autonomia, reconhecendo sua situação peculiar de vulnerabilidade, independentemente do nível de risco da pesquisa.

Art. 21. O risco previsto no protocolo será graduado nos níveis mínimo, baixo, moderado ou elevado, considerando sua magnitude em função de características e circunstâncias do projeto, conforme definição de Resolução específica sobre tipificação e gradação de risco e sobre tramitação dos protocolos.

§ 1º A tramitação dos protocolos será diferenciada de acordo com a gradação de risco.

§ 2º A gradação do risco deve distinguir diferentes níveis de precaução e proteção em relação ao participante da pesquisa.

Capítulo V

DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE ÉTICA NO SISTEMA CEP/CONEP

Art. 22. O protocolo a ser submetido à avaliação ética somente será apreciado se for apresentada toda a documentação solicitada pelo sistema CEP/CONEP, tal como descrita, a esse respeito, na norma operacional do CNS em vigor, no que couber e quando não houver prejuízo no estabelecido nesta Resolução, considerando a natureza e as especificidades de cada pesquisa.

Art. 23. Os projetos de pesquisa serão inscritos na Plataforma Brasil, para sua avaliação ética, da forma prevista nesta Resolução e na Resolução específica de gradação, tipificação de risco e tramitação dos protocolos.

Art. 24. Todas as etapas preliminares necessárias para que o pesquisador elabore seu projeto não são alvo de avaliação do sistema CEP/CONEP.

Art. 25. A avaliação a ser feita pelo Sistema CEP/CONEP incidirá sobre os aspectos éticos dos projetos, considerando os riscos e a devida proteção dos direitos dos participantes da pesquisa.

§ 1º . A avaliação científica dos aspectos teóricos dos projetos submetidos a essa Resolução compete às instâncias acadêmicas específicas, tais como comissões acadêmicas de pesquisa, bancas de pós-graduação, instituições de fomento à pesquisa, dentre outros. Não cabe ao Sistema CEP/CONEP a análise do desenho metodológico em si.

§ 2º. A avaliação a ser realizada pelo Sistema CEP/CONEP incidirá somente sobre os procedimentos metodológicos que impliquem em riscos aos participantes.

Art. 26. A análise ética dos projetos de pesquisa de que trata esta Resolução só poderá ocorrer nos Comitês de Ética em Pesquisa que comportarem representação equânime de membros das Ciências Humanas e Sociais, devendo os relatores serem escolhidos dentre os membros qualificados nessa área de conhecimento.

Art. 27. A pesquisa realizada por alunos de graduação e de pós-graduação, que seja parte de projeto do orientador já aprovado pelo sistema CEP/Conep, pode ser apresentada como emenda ao projeto aprovado, desde que não contenha modificação essencial nos objetivos e na metodologia do projeto original.

Capítulo VI

DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Art. 28. A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;

II - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;

III - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento;

IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa; e

V - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção.

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29. Será instituída instância, no âmbito da Conep, para implementação, acompanhamento, proposição de atualização desta Resolução e do formulário próprio para inscrição dos protocolos relativos a projetos das Ciências Humanas e Sociais na Plataforma Brasil, bem como para a proposição de projetos de formação e capacitação na área.

Parágrafo único. A instância prevista no caput será composta por membros titulares das Ciências Humanas e Sociais integrantes da CONEP, representantes das associações científicas nacionais de Ciências Humanas e Sociais, membros dos CEP de Ciências Humanas e Sociais e de usuários.

Art. 30. Deverá ser estimulado o ingresso de pesquisadores e demais profissionais atuantes nas Ciências Humanas e Sociais nos colegiados dos CEP existentes, assim como a criação de novos CEP, mantendo-se a interdisciplinaridade em sua composição.

Art. 31. Os aspectos relacionados às modificações necessárias na Plataforma Brasil entrarão em vigor quando da atualização do sistema.

Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Aplica-se o disposto nos itens VII, VIII, IX e X, da Resolução CNS nº 466, de 12, de dezembro de 2012, no que couber e quando não houver prejuízo ao disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. Em situações não contempladas por essa Resolução, prevalecerão os princípios éticos contidos na Resolução CNS n o 466 de 2012.

Art. 33. A composição da Conep respeitará a equidade dos membros titulares e suplentes indicados pelos CEP entre a área de Ciências Humanas e Sociais e as demais áreas que a compõem, garantindo a representação equilibrada das diferentes áreas na elaboração de normas e no gerenciamento do Sistema CEP/CONEP.

Art. 34. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALD FERREIRA DOS SANTOS

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

MARCELO CASTRO

Ministro de Estado da Saúde

ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA



Conselho de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Serres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gramática, bilinguismo e multietnia

Pesquisador: MARCELO SILVEIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 86587318.5.0000.5231

Instituição Proponente: CLCH - Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem - PPGEL

Patrocinador Principal: Universidade Estadual de Londrina - UEL

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.673.710

Apresentação do Projeto:

Este estudo irá abordar a questão do multiculturalismo interferindo diretamente na convivência de línguas distintas num mesmo ambiente histórico e social. Está em questão a herança histórica das populações indígenas do Norte do Paraná, cujas particularidades sócio-históricas são refletidas e refratadas na língua. A metodologia de trabalho consistirá das seguintes etapas: (a) levantamento bibliográfico, ao mesmo tempo em que acontecerão semanalmente (b) reuniões laboratoriais com estudantes Kaingang e não indígenas da UEL, alternadas com (c) reuniões para estudos teóricos, descrição gramatical e discussões das categorias gramaticais de materiais coletados em Kaingang, assim como também (d) visitas bimestrais às Terras Indígenas para realização de entrevistas. Serão utilizados questionários, com relatos orais, conversas, discursos, textos escritos, todos em língua materna, para os quais serão necessárias transcrições e traduções explicadas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar e compreender os estudos gramaticais direcionados às questões do bilinguismo e línguas indígenas

Objetivo Secundário:

- Pesquisar questões de descrição linguística relativas ao bilinguismo e línguas

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR **Município:** LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

CEP: 86.057-970

E-mail: cep268@uel.br



CONSELHO DE ÉTICA EM
PESQUISA ENVOLVENDO
SERES HUMANOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 2.673.710

indígenas, trabalhando de forma ampla as relações interlinguísticas.

- Compreender as línguas indígenas no aspecto sociolinguístico, contextualizando questões gramaticais propriamente ditas e questões históricas e culturais.
- Estudar a gramática das línguas ágrafas e a tradição da oralidade.
- Descrever e analisar os aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais e semânticos, bem como descrição de questões ligadas à enunciação e ao discurso de línguas indígenas

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos não se referem diretamente aos indígenas participantes do projeto, mas tão somente a possibilidade de os informantes desistirem do projeto, apesar de acreditarmos que a chance de isso acontecer ser mínima. Se isso, porventura acontecer, acreditamos que não vá acontecer com as 7 integrantes do projeto de uma só vez, o que possibilitará o contato com outros possíveis interessados na elaboração da gramática e do dicionário pedagógicos.

Benefícios: É o item que mais poderá sobressair, visto que, além de ser demanda da etnia a elaboração desses materiais pedagógicos, as integrantes estão bastante animadas, já procurando meios de trabalhar conosco (como deslocamento das Terras Indígenas do Apucarantina e São Jerônimo da Serra para a UEL, assim como nossas idas programadas para as TIs mencionadas. Além dessa animação e preparativos, há ainda o fato de estarem interessadas nas teorias que descrevem e explicam a língua em estudo, mesmo sendo somente duas graduadas em Letras (uma das quais especializando no curso lato sensu de Língua Portuguesa) e uma aspirante a cursar Letras Vernáculas e Clássicas em 2018 (esta já é aluna da UEL, matriculada no Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica). As demais ou já são graduandas de curso não correlato com a área de Ciências Humanas ou, estudantes do "Ciclo", não pretendem cursar nada na área de Ciências Humanas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo relevante para área. Os pesquisadores apontam como desfecho primeiro que todos os participantes envolvidos, deverão estar versados em analisar e compreender os estudos gramaticais direcionados às questões do bilinguismo e línguas indígenas. E como desfecho Secundário: os pesquisadores esperam que as descrições sejam feitas de modo a colaborar com a elaboração da gramática e dicionário pedagógicos, principalmente em seu início. Essas descrições nos levarão às questões sociolinguísticas, que eliciarão relações interlinguísticas, bem como questões históricas e culturais. O início do processo de produção dos materiais

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

CEP: 86.057-970

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



COMITÊ DE ÉTICA EM
PESQUISA ENVOLVENDO
SERES HUMANOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 2.673.710

pedagógicos mencionados é, conseqüentemente,
item a ser inserido aqui.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória estão corretos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador respondeu satisfatoriamente as todas as pendências. O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador (a),

Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade imprimi-lo para apresentação aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Coordenação CEP/UEL.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_939944.pdf	25/04/2018 23:06:00		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_3.pdf	25/04/2018 22:54:47	MARCELO SILVEIRA	Aceito
Outros	AUTORIZACAO_DE_PESQUISA_CUIA.pdf	13/04/2018 15:38:55	MARCELO SILVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	13/04/2018 11:38:11	MARCELO SILVEIRA	Aceito
Outros	Funai.pdf	27/03/2018 09:14:36	MARCELO SILVEIRA	Aceito
Outros	Termo_de_Confidencialidade_e_Sigilo.pdf	26/01/2018 00:58:51	MARCELO SILVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	pes_pesquisa_10835.pdf	26/01/2018 00:57:41	MARCELO SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termos_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.pdf	26/01/2018 00:54:22	MARCELO SILVEIRA	Aceito
Declaração de	Declaracao_de_Responsabilidade_par	26/01/2018	MARCELO	Aceito

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Comissão de Ética em
Pesquisa Envolvendo
Serres Humanos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA - UEL



Continuação do Parecer: 2.673.710

Pesquisadores	a_Guarda_e_Uso_de_Banco_de_dados. pdf	00:52:58	MARCELO SILVEIRA	Aceito
---------------	--	----------	---------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 24 de Maio de 2018

Assinado por:

Alexandrina Aparecida Maciel Cardelli
(Coordenador)

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

CEP: 86.057-970

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br